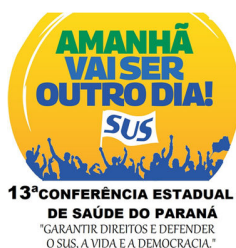




**13ª CONFERÊNCIA ESTADUAL
DE SAÚDE DO PARANÁ**
"GARANTIR DIREITOS E DEFENDER
O SUS, A VIDA E A DEMOCRACIA."

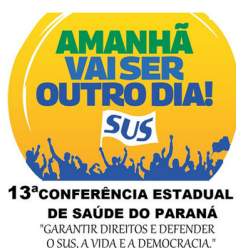
13ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná

“Garantir Direitos e Defender o SUS, a
Vida e a Democracia – Amanhã vai ser
outro dia”



SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	4
2.	PROGRAMAÇÃO	6
2.1	SÍNTESE DA PROGRAMAÇÃO	7
3.	PROPOSTAS APROVADAS – NÍVEL ESTADUAL	13
I	– O Brasil que temos.	13
II	– O papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas.	55
III	– Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia.	78
IV	– Amanhã será outro dia para todos, todas e todes.	105
4.	PROPOSTAS APROVADAS – NÍVEL NACIONAL	124
I	– O Brasil que temos.	124
II	– O papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas.	127
III	– Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia.	128
IV	– Amanhã será outro dia para todos, todas e todes.	129
	PROPOSTAS APROVADAS PARA SEREM ENCAMINHADAS À 17ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE	131
	Eixo I – O BRASIL QUE TEMOS	131
	Eixo II – O PAPEL DO CONTROLE SOCIAL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA SALVAR VIDAS	132
	Eixo III – GARANTIR DIREITOS E DEFENDER O SUS, A VIDA E A DEMOCRACIA	134
	Eixo IV – AMANHÃ SERÁ OUTRO DIA PARA TODOS, TODAS E TODES.	135
5.	MOÇÕES APRESENTADAS	136
6.	ENTIDADES PARA COMPOR O CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE GESTÃO Fev 2024/2028.	139
7.	COMISSÃO ORGANIZADORA	144



Segmento Usuários:	144
Segmento Trabalhadores:	144
Segmento Prestador:.....	144
Segmento Gestor:	144
8. SUBCOMISSÕES DE TRABALHO	146
I. Subcomissão de Credenciamento.....	146
II. Subcomissão de Infraestrutura	146
III. Subcomissão de Sistematização e Relatoria	146
9. SECRETARIA EXECUTIVA DO CES/PR	147
10. ASSESSORES REGIONAIS PARA O CONTROLE SOCIAL	148
ANEXOS – LINKS DE CONSULTA	150
ANEXO 1 - RESOLUÇÃO CES/PR nº 011/2022.....	151
ANEXO 2 - RESOLUÇÃO CES/PR nº 012/2022.....	151
ANEXO 3 - RESOLUÇÃO CES/PR nº 013/2022.....	151
ANEXO 4 - RESOLUÇÃO CES/PR nº 020/2022.....	151
ANEXO 5 - RESOLUÇÃO CES/PR nº 014/2022.....	152
ANEXO 6 - RESOLUÇÃO CES/PR nº 001/2023.....	152
ANEXO 7 - RESOLUÇÃO CES/PR nº 003/2023.....	152
ANEXO 8 - RESOLUÇÃO CES/PR nº 023/2022.....	152
ANEXO 9 - RESOLUÇÃO CES/PR nº 006/2023.....	152
ANEXO 10 - Decreto nº. 1338, de 20 de janeiro de 2020.	153



1. INTRODUÇÃO

A 13ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná (13ª CES), realizada no período de 15 a 17 de maio de 2023, na Expotrade Convention Center, com o tema “Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia – Amanhã vai ser outro dia” foi o resultado de 376 conferências municipais de saúde promovidas pelo Controle Social do nosso estado.

As conferências municipais, preparatórias para a etapa Estadual, ocorreram entre novembro de 2022 a março de 2023. Dos 399 municípios paranaenses, distribuídos nas 22 Regionais de Saúde, nos quais 23 deles não houve referencial de realização de respectivas conferências municipais.

A 13ª CES contou com 1.100 participantes, destes 976 eram delegados, sendo representantes do segmento de usuários de serviços de saúde, representantes de profissionais de saúde, representantes de prestadores de serviços de saúde e representantes de gestores. Os demais participantes foram 97 observadores e 27 convidados. Todos se reuniram em fórum próprio, democrático, amplamente representativo, aberto a todos os segmentos sociais, para debater e deliberar sobre propostas que visam ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS), sistema que já garantiu avanços com seu caráter universal e busca a equidade e a integralidade, numa perspectiva intersetorial, promotora do acesso à informação, da autonomia do cidadão e da qualidade de vida da população.

Ressalta-se que a 13ª CES elegeu e homologou as instituições, órgãos e entidades para compor o Conselho Estadual de Saúde, gestão 2024 – 2028, e definiu os 140 delegados estaduais para representarem o estado do Paraná na 17ª Conferência Nacional de Saúde, instância que delibera os rumos da saúde pública do país, realizada em Brasília-DF, no período de 2 a 5 de julho de 2023.



Os Grupos de Trabalho discutiram as propostas encaminhadas das 376 Conferências Municipais de Saúde, divididas em 4 eixos a saber:

I – O Brasil que temos.

II – O papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas.

III – Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia.

IV – Amanhã será outro dia para todos, todas e todes.

Dos trabalhos dos delegados resultaram na aprovação de **758** propostas, sendo **737** propostas de níveis estaduais e **21** propostas de níveis federais, que fortalecerão o Controle Social e as ações e serviços de saúde, cada vez mais comprometidos em consolidar as redes de atenção e de cuidado à saúde dos paranaenses.



2. PROGRAMAÇÃO

A 13ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná terá a seguinte programação:

1º Dia - 15 de maio de 2023 (2ª feira):

08h30 às 12h00 – Reunião das Comissões Temáticas do Conselho Estadual de Saúde;

10h00 às 10h20 – Lanche;

10h30 às 12h – Reunião do Pleno do Conselho Estadual de Saúde;

10h às 19h – Credenciamento dos(as) delegados(as);

10h às 14h – Credenciamento de observadores(as)

12h às 14h – Almoço

15h às 17h – Painéis Temáticos

15h às 19h – Inscrição de observadores (vagas remanescentes)

17h às 17h45 – Coffee-break

18h – Abertura Oficial

2º Dia – 16 de maio de 2023 (3ª feira):

08h às 08h30 – Leitura/apresentação do Regimento da 13ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná;

08h30 às 10h – Palestra Magna: “Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia – Amanhã vai ser outro dia”;

10h às 12h – Mesa Redonda;

10h às 12h – Credenciamento dos(as) delegados(as) suplentes;

12h00 às 13h30 – Almoço;

13h30 às 17h00 – Trabalho de Grupos;

17h00 às 17h20 – *Coffee-break*;

17h30 às 19h – Eleição das Entidades para compor o CES/PR Gestão 2024 a 2028;



19h às 20h – Eleição dos(as) delegados(as) para a 17ª Conferência Nacional de Saúde.

3º Dia – 17 de maio de 2023.

08h às 12h - Plenária final

12h às 13h30 - Almoço

13h30 às 18h00 - Continuação da Plenária Final, homologação das Entidades para compor o CES/PR Gestão 2024 a 2028, homologação dos(as) delegados (as) para a 17ª Conferência Nacional de Saúde e encerramento.

17h às 17h20 - Coffee-break

2.1 SÍNTESE DA PROGRAMAÇÃO

- **Reunião do Pleno do Conselho Estadual de Saúde**

A 306ª Reunião Ordinária do pleno do Conselho Estadual de Saúde iniciou no horário previsto, conforme relatado na respectiva ata. Finalizando com a declaração de abertura dos trabalhos da 13ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná (13ª CES).

- **Painéis Temáticos**

Na 13ª CES foram realizados 12 painéis temáticos, de acordo com os eixos propostos para a conferência, para subsidiar as discussões dos trabalhos em grupo.

Cada eixo foi discutido por três grupos, nos quais os delegados fizeram inscrição prévia de acordo com o interesse individual.



- **Abertura Oficial**

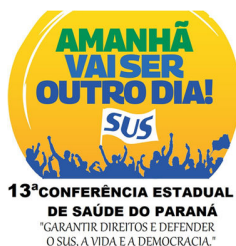
Iniciou-se às 18h30min com a participação de 976 delegados, as atividades da 13ª Conferência Estadual de Saúde, que se estende até a próxima quinta-feira (18), em Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba. Esta é a primeira edição do evento desde o início da pandemia e tem como tema “Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia”.

Mobilizando um público superior a 1 mil pessoas, entre servidores, gestores de todas as 22 Regionais de Saúde, além de palestrantes, usuários e convidados especiais, o evento promoverá capacitações, apresentações e palestras, com o objetivo de estimular discussões de propostas que devem nortear as políticas públicas para o SUS.

Depois de aprovadas, as propostas serão levadas, por meio de 140 delegados eleitos, para a Conferência Nacional de Saúde, que acontecerá entre 2 e 5 de julho, em Brasília. Estes delegados vão representar desde usuários do SUS, até trabalhadores e prestadores de serviços. Durante a programação, também serão eleitas novas entidades para o Conselho Estadual de Saúde do Paraná.

A prefeita anfitriã do evento, Rosa Maria de Jesus Colombo, considera como valioso o potencial da conferência. "São dias de muito movimento em prol do SUS e o município de Pinhais se sente honrado por fornecer este espaço que sem dúvida trará muitos benefícios para todo o Estado", afirmou.

Márcia Zambrim, coordenadora da comissão (representante da Pastoral da Saúde) enfatizou a sua gratidão àqueles que doaram o seu tempo e se deslocaram para que o evento de fato acontecesse. “Boa noite a todos delegados , delegadas, convidados, colaboradores, enfim todos os presentes. Cumprimentando Beto Preto cumprimento todos que compõem a mesa. Agradeço a Deus por ter proporcionado este



momento, por todos estarem aqui; vindo de ônibus, carro, avião ou até a pé, alguns de vocês tiveram que rodar muitos quilômetros de estrada.... e estão aqui. Vocês são as pessoas mais importantes dessa conferência, aceitaram vestir a camisa e lutar por uma saúde pública com dignidade, sem vocês não conseguiríamos realizá-la; agradeço aos expositores e expositoras que palestraram nos painéis temáticos e já cumpriram a primeira etapa do evento”.

O Secretário de Estado da Saúde do Paraná, Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto (Beto Preto), por sua vez, destacou, durante a cerimônia de abertura, o compromisso do Governo do Estado com os municípios e com a participação do controle social, por meio da sociedade civil organizada, além de enaltecer o papel da saúde pública durante a pandemia. "Foi uma grande jornada, com muita dor, dificuldade, mas também com aprendizados, ações e sobretudo resiliência. Se hoje estamos aqui, reunidos neste ambiente, é pela capacidade da saúde pública, que deve ser fortalecida diariamente", disse o secretário.

"O Paraná travou uma grande batalha, mobilizando recursos históricos, adotando estratégias que perdurassem, inclusive após a pandemia, investindo na nossa rede de saúde em oposição aos hospitais de campanha, por exemplo, o que nos legou leitos, equipamentos e mais estrutura. Isso somente foi possível graças a sensibilidade do governador Ratinho Junior, que priorizou a vida dos paranaenses acima de tudo", afirmou.

Ele reforçou, ainda, a necessidade de uma revisão no financiamento do SUS. "Temos batido insistentemente nessa tecla. A tabela do SUS não tem reajustes há pelo menos 14 anos. É preciso manter um diálogo conciso, porém de cobrança com o governo federal, para que tenhamos mais recursos e possamos, de maneira tripartite, contribuir para o funcionamento vital da saúde pública", disse.

Para o presidente do CES, Rangel da Silva, o evento promove não somente a possibilidade de um grande debate, mas também de fortalecer ações concretas e em



nível nacional. "As propostas aqui discutidas serão levadas até Brasília, permitindo dar maior amparo e garantir mais força às políticas de saúde pública", destacou.

A mesa de abertura também contou com as presenças do superintendente estadual do Ministério da Saúde no Paraná, Luiz Armando Erthal; o presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde (Cosems), Ivoliciano Leonarchik; as deputadas estaduais Cloara Pinheiro e Márcia Huçulak; além dos conselheiros estaduais de Saúde Silmara da Conceição Ribas e Márcia Zambrim.

Ao final, Rangel da Silva na qualidade de presidente do Conselho Estadual de Saúde declara aberta a 13ª Conferência de Saúde do Estado do Paraná.

* Texto com a colaboração e fonte da Agência Estadual de Notícias - AEN/PR - Publicado em 16/05/2023 - 09:30 horas

- **Palestra Magna: “Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia – Amanhã vai ser outro dia”**

Atendendo ao convite da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) e do Conselho Estadual de Saúde (CES), o médico Dr. Armando Raggio, atual colaborador da Fundação Osvaldo Cruz (FioCruz) em Brasília, e ex-secretário de Estado da Saúde do Paraná, participou da 13ª Conferência Estadual de Saúde, que aconteceu em Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba. Iniciado ontem (15), o evento segue até quarta-feira (17). “É uma grande honra receber e poder ouvir o doutor Armando Raggio, uma verdadeira referência para o Sistema Único de Saúde do Paraná e do Brasil. Por intermédio deste mestre, o sonho da Lei e da Constituição em política pública é hoje uma realidade”, disse o Secretário de Estado da Saúde, Beto Preto.

O consultor falou sobre as principais propostas que norteiam as discussões da Conferência Estadual e ressaltou a importância do fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS) para que o atendimento ao usuário seja resolutivo. Ele destacou ainda, que investimentos na APS são fundamentais para a expansão dos atendimentos, além



do desenvolvimento de ações de promoção à saúde, vigilância, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação. “Com uma APS fortalecida e bem estruturada, conseguimos tratar o usuário de forma preventiva, evitando um encaminhamento desnecessário ao atendimento especializado. Isso faz a diferença não só para o paciente, que irá receber um melhor atendimento desde a porta de entrada ao SUS, como também ao sistema de saúde”, explicou Raggio. “O avanço e o desenvolvimento institucional das políticas públicas acontecem quando forças são somadas. Essa Conferência é um sinal que estamos no caminho certo, precisamos entusiasmar esse público e provocar para que sejam os sucessores da saúde paranaense. O SUS é uma tarefa da humanidade e espero acompanhar de perto os próximos passos da construção do nosso sistema”, finalizou.

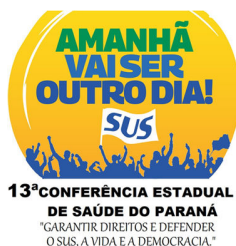
TRAJETÓRIA - Dr. Armando Raggio foi secretário de Saúde do Paraná entre 1995 e 2001, foi também presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). Em 1986 esteve presente na 8ª Conferência Nacional de Saúde, quando pela primeira vez uma conferência contou com a participação de usuários e cidadãos. O médico teve uma importante atuação na implementação e expansão de unidades de saúde e na composição da Rede de Atenção à Saúde (RAS) de todo Paraná.

* Texto com a colaboração e fonte da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná -
Publicado 16/05/2023 - 17:18 horas

- **Mesa redonda**

Participaram da mesa redonda: Prof. Dr. Armando Raggio, convidado; Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto, Secretário de Estado da Saúde; Dr. César Augusto Neves Luiz, representando a Direção Geral da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, Rangel da Silva, presidente do Conselho Estadual de Saúde e Márcia Zambrim, conselheira e coordenadora da 13ª Conferência Estadual de Saúde.

- **Grupos De Trabalho**



Na 13ª CES foram realizados 12 grupos de trabalho para analisar, discutir, aprovar, suprimir, e aprovar com supressão parcial de texto as 758 propostas encaminhadas para a conferência, sendo 298 referentes ao eixo I, 161 ao eixo II, 153 ao eixo III e 125 ao eixo IV à níveis estaduais e, sendo 06 referentes ao eixo I, 03 ao eixo II, 06 ao eixo III e 06 ao eixo IV à níveis federais. Cada eixo foi trabalhado por três grupos de trabalho.

- **Plenária Final**

A plenária final foi conduzida por Márcia Beghini Zambrim, coordenadora da comissão organizadora da 13ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná, Joelma Aparecida Carvalho, Débora Maria da Cunha, Fábio Tomazetto, Maria Benvinda de Almeida e Rangel da Silva, presidente do Conselho Estadual de Saúde.

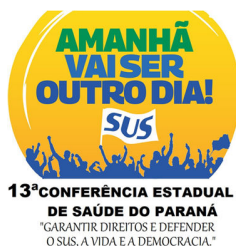
As 21 propostas federais não analisadas nos trabalhos em grupo foram apreciadas pelos delegados, sendo 20 aprovadas e 01 suprimida.

Foram apresentadas as 07 (sete) moções aprovadas pelo número adequado de assinaturas e, todas estas foram aprovadas pelos delegados durante a Plenária final.

Houve em seguida a homologação dos 72 delegados representantes das Entidades que irão compor o CES/PR Gestão 2024 a 2028.

Finalmente a homologação dos 140 delegados que representarão o estado do Paraná na 17ª Conferência Nacional de Saúde.

Às 19h10 o presidente do Conselho Estadual de Saúde, Rangel da Silva, fez seu pronunciamento e agradecimentos, encerrando a 13ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná.



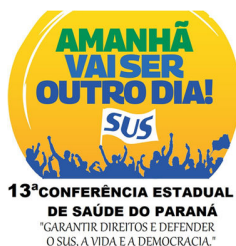
3. PROPOSTAS APROVADAS – NÍVEL ESTADUAL

Propostas aprovadas na 13ª CES de âmbito estadual.

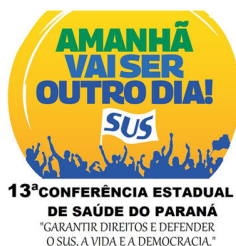
I – O Brasil que temos.

298 Propostas Aprovadas

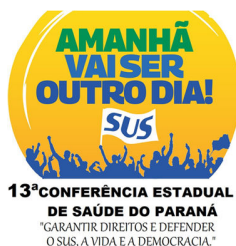
1	Investir na ampliação das práticas integrativas complementares de tratamento e profissionais capacitados, como terapias e farmácias vivas/orgânicas. Promover o uso racional de medicamentos e reduzir a prescrição, dispensação e uso indiscriminado de medicamentos. Investir em programas de orientação.
2	Incrementar e estimular a multidisciplinaridade na atenção em saúde, abandonando o sistema e a cultura “medicocentrista”. Garantir a autonomia dos diversos profissionais da saúde que compõem a atenção em saúde.
3	Otimizar a educação em saúde em um sistema complexo e em rede, de forma intersetorial e contínua para vincular os sistemas já existentes sus, suas, educação, de forma permanente.
4	Incorporar o engajamento do usuário e suas famílias no fortalecimento da participação social e dos servidores para que haja melhor compreensão das realidades distintas dos serviços e suas competências, cito: PS, UBS, hospital e CAPS.



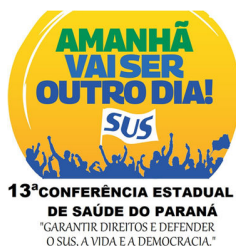
5	Promover políticas públicas que justifiquem o melhoramento dos recursos e financiamento das necessidades do município, revogando a emenda constitucional 95/2016 e assim propiciando o aumento do número de profissionais qualificados nas áreas de atuação e incluindo novos profissionais, que hoje vinculam a saúde, exemplo os profissionais de saúde coletiva.
6	Fortalecer a política nacional do idoso para promoção da saúde, integrar ações intersetoriais que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e a capacitação de equipes da rede de atenção para atendimento qualificado.
7	Formação de Políticas Públicas para o autismo; formação de equipe multidisciplinar especializada, com profissionais das áreas de Pediatria, Nutrição, Fisioterapia, Psicologia, Psicopedagogia, Psicomotricidade e Serviço Social para atendimento de crianças com diagnóstico de TEA; implementação de Terapias ABA (Terapia Aplicada de Comportamento) para o atendimento de pessoas com autismo.
8	Garantir a integralidade da assistência à saúde da população com fortalecimento da APS e da atenção especializada.
9	Organizar e encerrar as filas de cirurgias eletivas represadas durante a Pandemia do COVID-19; rediscussão da forma de pagamento das cirurgias eletivas, maior investimento financeiro e garantia da contratação dos prestadores de serviço, mutirão de cirurgias eletivas com maior frequência, assim diminuindo a fila de espera, bem como, que seja garantida a realização dos exames pré-operatórios necessários em tempo hábil, com olhar especial para os procedimentos de laqueadura, vasectomia e



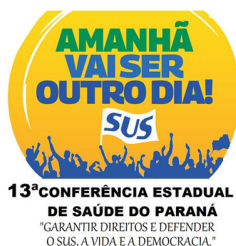
	catarata.
10	Ampliação/construção de hospital na 1ª regional contemplando o maior número de consultas de especialidades, exames e procedimentos cirúrgicos, a fim de diminuir o transporte de pacientes para Curitiba.
11	Garantir a qualidade de vida das pessoas usuárias da Atenção Básica por meio da ampliação das equipes Multiprofissionais em Saúde, ampliação das Linhas de Cuidado e Programa de Educação Permanente e Continuada em Saúde, implementação Política Nacional das Práticas Integrativas Complementares através de legislações que fomentem a realização e o incentivo financeiro e profissional, favorecendo os saberes tradicionais de cada território e região nos municípios com a valorização desses profissionais sob a legislação da Portaria no 2.436, de 21 de setembro de 2017, inclusive como forma de assegurar o cuidado das pessoas em condições de vulnerabilidade, em especial, pacientes oncológicos, crianças, população LGBTQIA+, comunidades indígenas, população negra, pessoas com deficiência, população em situação de rua, mulheres, população periférica e idosos (incluindo o serviço de prótese dentária) considerando a implantação dos equipamentos da Rede intersetorial com o objetivo de facilitar o acesso aos usuários e a redução das filas e do tempo de espera.



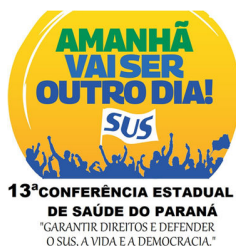
12	Garantir a qualidade de vida com a qualificação da atenção em saúde mental geral da população, por meio do fortalecimento da RAPS com contratação de profissionais, implantação de novos equipamentos e infraestrutura, utilização de novas tecnologias sociais de cuidado integrado comunitário e solidário.
13	Ampliar a lista de medicamentos contemplados pela RENAME, através da Comissão das Farmácia e Terapêutica, do elenco de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, RESME, REREME (via consórcio Paraná saúde) e REMUME, e ampliar o repasse financeiro estadual e federal, visando suprir a demanda do município.
14	Viabilizar recursos para criação do centro de imagens.
15	Capacitação para os funcionários, ações de melhoria na humanização do serviço prestado; Ações efetivas para promoção e prevenção em saúde; Ampliação e ampla divulgação das especializações aos servidores efetivos; Viabilização de incentivo financeiro para todas as classes de servidores da saúde visando a efetivação de plano de cargos e salários.
16	Ampliar e intensificar consultas e exames especializados, represados devido à pandemia, realizando mutirão, com o intuito de reduzir as filas de espera e otimizar as ofertas de serviços contratualizados.



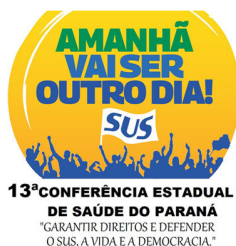
17	Investir em ações de consolidação de assistência às crianças e adolescentes com sofrimento psíquico, uso abusivo de drogas, de transtorno do espectro autista, através de linhas de cuidado e ampliação de ofertas de serviços.
18	Fortalecimento da Atenção Básica com programas de saúde visando a não cronificação de doenças, ampliação dos recursos financeiros e incentivo na Atenção Básica para o fortalecimento do SUS para que ocorra melhorias dos processos de trabalho nas Unidades de Saúde, prevendo custeio de recursos humanos e recursos para vazão ao planejamento regional integrado.
19	Melhorar e aumentar os recursos e repasses financeiros do SUS, com maior facilidade.
20	Ampliar o financiamento e os atendimentos em Saúde Mental, com ações de prevenção, cuidados compartilhados e acesso a medicamentos para tratamento dos casos agudos crônicos; capacitação dos profissionais da rede municipal para atuar em Saúde Mental.
21	Ampliar a oferta de serviço de média e alta complexidade, e revisar as regras do repasse do Incremento do MAC recursos destinados a média e alta complexidade, possibilitando que os municípios que prestam tais serviços possam receber mesmo sem indicação dos parlamentares um percentual de recursos, proporcional ao número de atendimentos, creditado como Incremento MAC, e assim o gestor municipal da saúde tenha autonomia para dar sequência na indicação do objeto considerando as necessidades do Planejamento Regional



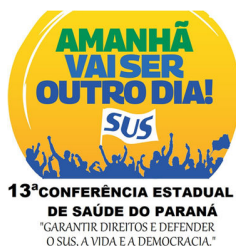
	Integrado — PRI: Revisar as regras do repasse de Incremento do PAP, de modo que todos os municípios possam receber um percentual, mesmo sem indicação dos parlamentares e que o gestor municipal da saúde tenha autonomia para aplicar o recurso na Atenção Básica alinhado com seu Plano Municipal de Saúde conforme a necessidade.
22	Fortalecimento e ampliação dos consórcios municipais/estaduais de saúde, para fornecimento de exames e consultas.
23	Implementação de programa de ressocialização para dependentes químicos, com incentivo fiscal para empresas.
24	Implantar ações para fiscalizar e proporcionar alimentação saudável com controle de pesticidas e inseticidas, além do monitoramento das famílias expostas aos agrotóxicos.
25	Organização e reestruturação de estratégias para ampliação da cobertura vacinal para o fortalecimento das ações de imunização e prevenção de doenças.
26	Aperfeiçoamento da política de vigilância em saúde.
27	Reestruturar a organização e dar mais publicidade às ações desenvolvidas pela vigilância.
28	Gestão participativa e controle social no SUS.
29	Melhorar o layout do portal da transparência para facilitar acesso à informação, e também outros meios de comunicação, como rádio e jornal.



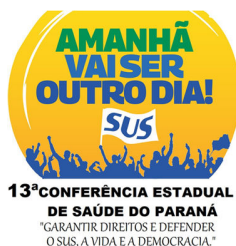
30	Ouvidoria e demais mecanismos de registro de avaliação da população.
31	Reestruturação dos serviços prestados pelo agendamento proporcionando maior acessibilidade e transparência para a população.
32	Criar mecanismos para conter os índices de absenteísmos por parte dos usuários.
33	Facilitar o acesso por meio de transporte público, consultório móvel (odontológico). Serviços e ações de saúde para segmentos da população mais vulneráveis, com necessidades específicas e riscos e os grupos prioritários.
34	Aumento de repasse Federal e Estadual para fortalecimento da equipe multiprofissional (psicólogos, nutricionistas entre outros profissionais) no âmbito da Atenção Primária à Saúde e no âmbito dos serviços de Saúde Mental (CAPS Ad; CAPS II e implementação do CAPSi).
35	Aumento de vagas hospitalares para Odontologia para pessoas com deficiência, garantindo a sedação e cuidado adequados às suas características individuais.
36	Aumento de repasse Federal e Estadual para aquisição de medicamentos, atualizando o número da população com o novo censo do IBGE dos municípios.
37	Implantar o Centro de Referência em Hanseníase no Hospital de Dermatologia Sanitária conforme diretrizes do Ministério da Saúde.



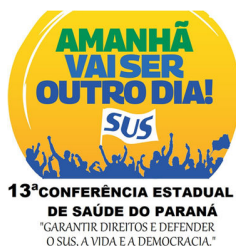
38	Fazer cumprir a lei que garante vaga psiquiátrica em hospital geral e ampliar o número de leitos.
39	Aumentar o quantitativo do número mínimo de profissionais Agentes Comunitários de Saúde, Odontologia, Fisioterapia, Pediátricas, Ginecológicas, profissionais de Educação Física, Saúde Mental dentre outros. Integrar ações das APS com a Vigilância em Saúde. Instituir reuniões de equipes com vistas ao planejamento das ações. Implementar junto às academias ao ar livre profissionais de Educação Física visando a promoção da saúde.
40	Pactuação com os municípios vizinhos na região de saúde para implantação dos Centros de Especialidade Odontológicas – CEO.
41	Promover no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA-PR) o fortalecimento das equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF), considerando a necessidade e a realidade de cada localidade, ampliando e destinando REPASSE FINANCEIRO (incentivo) aos municípios, para que os municípios possam implementar e fortalecer os programas de Atenção Primária em Saúde (APS), com fiscalização da utilização do recurso pelo Estado, para implantação de políticas públicas por meio de campanhas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), incentivo do bem-estar por meio de exercício físico e meios de locomoção saudáveis, ampliação do horário de atendimento das UBS, além da capacitação de equipes para atendimentos dos Programas, como por exemplo, o Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD), ESF, primando pelo tratamento



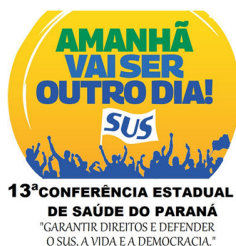
	preventivo da saúde da população. Ampliar e implantar leitos psiquiátricos em Hospitais Gerais, observando a Lei nº 10.216/2001 e Portarias Ministeriais nº 148, de 31 de janeiro de 2002 e 3088, de 23 de dezembro de 2011, além de ampliar as equipes multidisciplinares e os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS nos municípios.
42	Revisar e melhorar o incentivo financeiro e contratualizações destinados para tratamento fora de domicílio (TFD), a fim de haja pactuação e contratação de mais prestadores de serviços especializados, para as consultas especialidades e exames médicos, com o objetivo de agilizar o diagnóstico e o tratamento dos pacientes do SUS, no intuito de agilizar a fila de espera que estão sobrecarregadas, que prejudica e agrava a situação de saúde dos pacientes.
43	Viabilizar implantação de Centro Especializado de Reabilitação conforme portaria federal nº 1303 de 28/06/2013 e atualizações.
44	Fortalecer as políticas de proteção dos direitos da pessoa com transtorno de espectro autista (TEA), garantindo pelo SUS acesso ao diagnóstico precoce, tratamento e as terapias que se fizerem necessárias.
45	Fortalecer, ampliar e garantir financiamento para as Redes de Atenção à Saúde prioritárias: Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, Rede de Atenção Psicossocial, Rede Nacional de Saúde do Trabalhador.



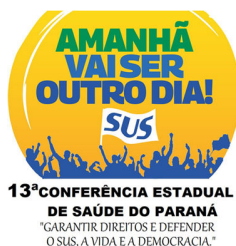
46	Fortalecer, ampliar e garantir financiamento para as Redes de Atenção à Saúde prioritárias: Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, Rede de Atenção Psicossocial, Rede Nacional de Saúde do Trabalhador / Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (RENAST/CEREST) e Rede Cegonha.
47	Revisar os critérios de financiamento dos repasses do SUS para as escolas de educação especial (APAE) para atendimento da equipe técnica na área de saúde.
48	Implantar Hospital de longa permanência para os municípios da 3ª Regional de Saúde.
49	Incentivo do estado do paraná, aos municípios para a aquisi�o de um odontom�vel completo; amplia�o das a�o�es e dos serviços em redes de aten�o�o � saúde – fomento e apoio � organiza�o de a�o�es e aos serviços da rede de aten�o�o � saúde, com a articula�o de profissio�ais e serviços de saúde, mediante estratégias como o estabelecimento de linhas de cuidado, a troca de informa�o�es e saberes, a tomada horizontal de decis�o�es, baseada na solidariedade e na colabora�o�, garantindo a continuidade do cuidado com a criança e do idoso e a completa resolu�o�o dos problemas colocados, de forma a contribuir para a integralidade da aten�o�o e a prote�o�o da criança e do idoso; ampliar os espaços de debate sobre a temática da saúde mental em sua amplitude entendendo que a promo�o�o da saúde mental se constrói na coletividade e � responsabilidade de todos os setores públicos e privado sendo um direito universal.



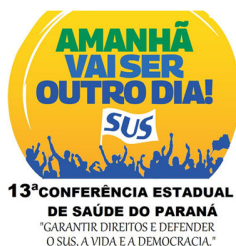
50	Financiamento garantido para a contratação de recursos humanos.
51	Criação de um centro de práticas integrativas e complementares.
52	Abertura do Ambulatório para processo de transexualização, com tratamento hormonal pré e pós cirúrgico, para população travesti, mulheres e homens transexuais.
53	Garantir a presença de forma integrada do farmacêutico à equipe de saúde, desempenhando suas atribuições, qualificando o acesso à assistência farmacêutica, promovendo o uso racional de medicamentos e garantindo a segurança do paciente.
54	Fortalecer a atenção primária com a possibilidade de atendimento multiprofissional (fisioterapeuta, educador físico, psicólogo, entre outros a depender das necessidades de saúde da população) garantindo financiamento adequado assegurando apoio aos municípios na manutenção dessa equipe contribuindo no atendimento da população.
55	Implantar um programa contínuo de saúde e bem-estar dos funcionários da saúde; implantar programa voltado para saúde do idoso; disponibilizar mais veículos para facilitar os trabalhos nas unidades de saúde; disponibilizar mais consultas especializadas. Investimento para implementação de uma casa para acolhimento do idoso e cuidados diários.



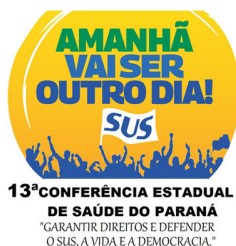
56	Manter processos de educação permanente em saúde e educação continuada visando o aprimoramento para todos os trabalhadores, gestores e usuários da Saúde.
57	Aumentar as consultas/exames/vagas de especialidades no Consórcio Intermunicipal de Saúde, através do credenciamento de profissionais.
58	Revisar o percentual de divisão de atendimentos oncológicos a nível estadual quando se tratar de prestação de serviço na capital do estado, considerando dados epidemiológicos e pactuações em CIB (Comissão Intergestores Bipartite).
59	Responsabilidade de repasse da esfera (estadual/federal) para manter os hospitais de pequeno, médio e grande porte.
60	Aumento de verba ao município para obter mais consultas na rede especializada e fim do teto de gastos do governo federal para as políticas públicas.
61	Aumento de verba ao município para obter mais consultas na rede especializada e fim do teto de gastos do governo federal para as políticas públicas.
62	Contratação de Profissional 40 horas. Criação de equipe de grupos pelas equipes de saúde para atender AD e saúde mental. Contratação de profissionais para equipe Multidisciplinar para trabalhar a prevenção na atenção primária.
63	Fortalecer os vínculos das entidades de Ensino Superior Estaduais com a comunidade através de projetos de extensão, envolvendo Equipes Interdisciplinares e Intersectoriais (Ex.



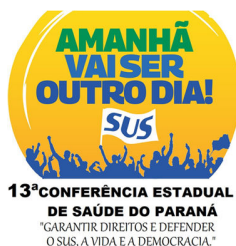
	Programa Órteses e Próteses).
64	Maior aporte financeiro por parte do Estado, para a contratação de equipes de referência já que com equipes reduzidas não há como prestar serviços de qualidade. Atuar no combate a privatização da saúde, não sucateando o SUS e barateando as contratações de profissionais e serviços. Organização referente ao aumento do número de consultas de especialistas destinada ao município. Pois não atende a demanda o número ofertado atualmente. Equipar ambulâncias com suporte avançado para assim realizar atendimento eficaz e de qualidade aos pacientes.
65	Viabilização de recursos para implantação e custeio de um centro para atendimento multidisciplinar a idosos.
66	Disponibilizar referência estadual para atendimento a pessoas com deficiência e/ou necessitem de sedação para realizar procedimentos.
67	Viabilizar o financiamento para implantação, manutenção e custeio dos centros de referência para atendimentos especializados para pessoas com transtorno do espectro autista e transtornos de aprendizagem conforme preconiza a lei federal 12764/2012 e 1427/2021.
68	Disponibilizar atendimento especializado estadual ou federal para diagnóstico e atendimento a Doenças raras suficiente para atender a demanda existente.
69	Intensificação da Campanha de prevenção ao suicídio e uso de álcool e drogas. Reestruturação do fluxo de serviços para verificação de óbitos.



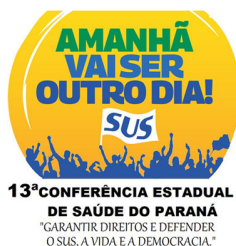
70	Fortalecer a integração entre os níveis de Atenção Primária, Secundária e Terciária, com fornecimento de profissionais e estruturas suficientes para atender toda a demanda do Estado.
71	Incentivar financeiramente ações conjuntas, buscando fortalecer e capacitar grupos sociais locais a atuarem na saúde pública.
72	Desenvolver um sistema de acesso facilitado aos usuários do SUS com transparência dos sistemas digitais para o acompanhamento de histórico geral de saúde e procedimentos futuros (consultas, exames, cirurgias, etc.).
73	Incluir na capacitação profissional, mecanismos para inclusão social a fim de combater o racismo o capacitismo, o machismo, a LGBTfobia, e a objetificação do corpo e da vida das pessoas e grupos sociais, com capacitações para melhor atendimento e formas de abordagem, investindo na saúde mental preventiva para estas classes de maior vulnerabilidade e nos profissionais de saúde.
74	Implantação de uma equipe destinada a criação e disseminação de conteúdo educativo sobre questões de saúde no intuito de orientar e aproximar a população do profissional de saúde.
75	Criar um centro regional para atendimento de pacientes com deficiências (autismo, TDAH, etc.).
76	Fortalecer a regionalização, ampliando os incentivos financeiros estaduais e federais aos Consórcios Intermunicipais de Saúde, objetivando ampliar a oferta aos municípios de consultas e exames voltados à atenção especializada.



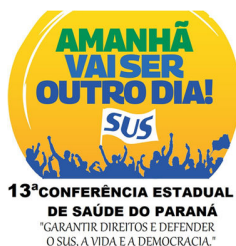
77	Disponibilizar recursos financeiros para construção, ampliação e reforma das unidades de saúde dentro das normas sanitárias vigentes, garantindo acessibilidade, e manutenção dos equipamentos à pessoas com necessidades especiais.
78	Disponibilizar na Atenção Básica especialidade médica de ginecologia.
79	Garantir e implementar práticas permanentes de educação continuada (capacitação) englobando todos os grupos de profissionais que atuam nos serviços públicos de saúde.
80	Agilizar o atendimento e abertura das ocorrências pela Central de Regulação de Urgência para garantir tempo-resposta no atendimento pelo serviço móvel de Urgência –SAMU 192.
81	Garantir aumento do aporte financeiro e aumento orçamentário por todos os entes federados do estado aos consórcios municipais de saúde para contratação de profissionais especializados e aumento da disponibilidade de vagas para exames de média e alta complexidade e programas relacionados à atenção primária, para sejam mantidos e haja maior agilidade nos atendimentos, visando reduzir a espera de consultas e exames dentre outros serviços de saúde.
82	Instituir programa de educação permanente para todos os participantes do controle social do SUS.
83	Transformar o Programa Opera Paraná em um programa de governos do estado.
84	Fortalecer o trabalho de articulação entre CAPS, APS e



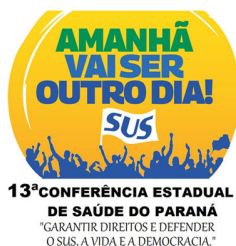
	comunidade.
85	Ampliar o repasse de recurso estadual para desenvolvimento de ações de saúde mental. Proporcionar um plano de cuidado voltado à saúde mental dos trabalhadores da saúde em nível estadual.
86	Atualizar e ajustar os critérios e recursos financeiros para a implantação dos serviços de saúde mental.
87	Criar espaços de formação continuada e desenvolvimento das práticas de trabalho.
88	Adquirir veículo adaptado para transporte Sanitário para cadeirante.
89	Implantação do IML. Em não sendo deferida esta proposta, propõe-se a instalação de um posto equipado com viatura e técnicos para a imediata remoção de corpos com necessidade de intervenção científica.
90	Proporcionar um plano de cuidado voltado à saúde mental dos trabalhadores da saúde.
91	Reajuste do custeio estadual e federal para UPA 24H e SAMU. Fortalecer através de recursos humanos e financeiros, a contratação de profissionais habilitados para desenvolver atividades que visem à prevenção através de práticas alternativas e complementares (yoga, acupuntura, atividades físicas).



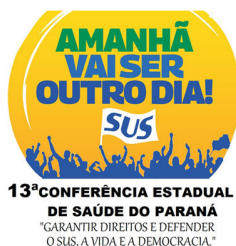
92	Buscar incentivos financeiros estaduais ou federais para auxiliar os municípios no custeio dos profissionais/capacitações e recursos materiais para a manutenção de uma equipe de referência para atendimento dos pacientes com transtorno do espectro autista nos municípios, tendo em vista que os serviços ofertados na rede de atenção são insuficientes e de alto custo.
93	Viabilizar formas de repasse para aumentar recursos financeiros provenientes da União e Estado, para o custeio da saúde dos municípios, sendo, portanto, o financiamento tripartite justo e igualitário, conforme as necessidades de cada município, garantindo desta forma, o adequado financiamento do Sistema único de Saúde.
94	Garantir e assegurar a contratação de pessoas com Deficiência na área da saúde conforme legislação vigente.
95	Pleitear recursos federal/estadual para custeio de transporte, alimentação e hospedagem de pacientes e acompanhantes para tratamento fora do domicílio e manter recursos provenientes do Estado para aquisição de veículos para o transporte sanitário e renovação da frota de veículos.
96	Que seja cobrado do estado agilidade e prioridade para resultados desses exames preventivos de colo e mama em caráter de urgência.
97	Incentivo financeiro para aquisição de equipamentos de forma que atendam a necessidade do município, pois muitas vezes não é previsto nas Resoluções SESA de referência.



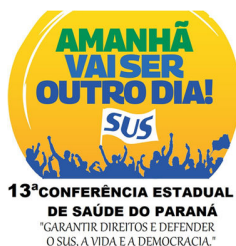
98	Solicitar o incremento de repasse dos recursos financeiros para os municípios junto à esfera Estadual e Federal, bem como a flexibilização para a utilização de tais recursos, de acordo com a realidade local.
99	Buscar incentivo financeiro para os Municípios a fim de custear a inclusão de outros profissionais nas equipes de atenção básica (fonoaudiologia e terapeuta ocupacional).
100	Aumentar o repasse para desenvolver ações de prótese dentária.
101	Aumentar a oferta de consultas especializadas na área de reumatologia e ortopedia; Mudança estrutural das Unidades de saúde.
102	Solicitar o incremento de repasse dos recursos financeiros para os municípios junto à esfera Estadual e Federal.
103	Aumentar o número de vagas de Consultas especializadas.
104	Aumentar o número de vagas de oftalmologia, ortopedia, reumatologia, ginecologia MACC, cardiologista e outros no CRE ou outra referência; 4. Viabilização de leitos Especializados para atendimento em Saúde Mental, habilitando os leitos nas próprias Unidades Hospitalares existentes da nossa Região.
105	Investir mais recursos estaduais nos hospitais da região.
106	Desburocratizar a questão do fornecimento de próteses dentárias e implantes dentários, além de aumentar a disponibilidade do serviço, proposta a nível de esfera, estadual



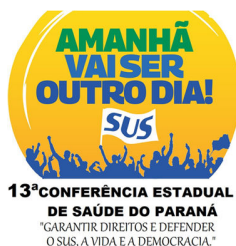
	e federal.
107	Disponibilizar convênio para exames de raio-X odontológico.
108	Oferecer capacitação aos profissionais de saúde de todos os setores e monitorar a participação dos mesmos nos treinamentos oferecidos.
109	Ter mais leitos de UTI na região para realização de procedimentos cirúrgicos.
110	Ofertar capacitação continuada aos profissionais multidisciplinares na área de neurologia — desenvolvimento psiquiátrico na primeira infância com prioridade na construção do plano terapêutico.
111	Implantação de leitos de saúde mental em hospitais da região, favorecendo acompanhamento da família e equipe multidisciplinar dos municípios, cuidado pé e pós internamento.
112	Aumento de cotas de consultas em especialidades (urologia, ortopedia, otorrinolaringologia, neurologia, hematologia, reumatologia, cirurgia vascular).
113	Ampliação e qualificação da rede AD, buscando melhorar a assistência aos pacientes já acometidos.
114	Aumentar números de profissionais de Saúde, inclusive especializados.
115	Viabilizar atendimento com Profissional Hematologista.
116	Implantar o programa Saúde na hora.



117	Implantar o piso salarial da enfermagem.
118	Ampliar leitos de alta complexidade.
119	Redimensionamento dos pacientes nas devidas regionais e mais financiamento para os hospitais de menor porte, para serem mais resolutivos.
120	Ampliar a rede de oftalmologia na alta complexidade.
121	Ampliar a oferta em educação permanente para os profissionais de saúde, com foco nas ações preventivas e ainda monitorar a participação dos mesmos nos treinamentos.
122	Encaminhar/acompanhar pacientes na realização de tratamento integral de obesidade mórbida, no âmbito do sus (estadual) em instituição credenciada conforme a portaria GM/MS nº 628, de 26 de abril de 2001, com a garantia da cirurgia reparadora pelo serviço credenciado no tempo oportuno regulamentar.
123	Exigir providências na garantia do número adequado de cotas de consultas e procedimentos de alta complexidade pelo sistema estadual de regulação ao município de Foz do Iguaçu, buscando a redução e resolutividade das filas, especialmente da ortopedia e pediatria, dentre outras.
124	Garantir que os governos federal e estadual aumentem o financiamento e os repasses de recursos para aplicar nos programas de vigilância e saúde, serviços de baixa, média e alta complexidade, manutenção de equipamentos de saúde e



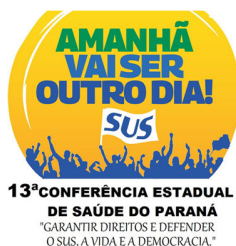
	estruturas dos espaços de atendimento voltados à saúde.
125	Garantir o aumento dos investimentos e os repasses pelo governo federal e estadual aos municípios no serviço ambulatorial, exames e medicamentosos voltado à saúde mental, devido ao aumento de usuários e trabalhadores e privados de liberdades com condições crônicas, tanto de saúde mental (psicose e depressão) quanto de neurodesenvolvimento (autismo, TDAH, TOD, pessoa com doenças raras e comorbidades semelhantes).
126	Garantir que no sistema GSUS, o governo Estadual/Federal abre mais vagas por Município para especialidades, especialmente pediatria e que estas vagas sejam per capitas.
127	Garantir a integração intersetorial de atendimentos em situação de vulnerabilidade social.
128	Ampliar o repasse financeiro estadual para garantir a ampliação de vagas para viabilização de próteses para reabilitação auditiva.
129	Ampliar o acesso (quantidade) a leitos hospitalares.
130	Que a Secretaria de Estado de Saúde do Paraná garanta o repasse de recursos financeiros para custeio e investimento na APS, de forma que seja assegurada a manutenção de programas e serviços básicos como consultas, exames, serviços e tratamentos, fortalecendo dessa forma a Política de Assistência Farmacêutica, resguardando acesso, manutenção e " ampliação dos medicamentos disponibilizados via SUS,



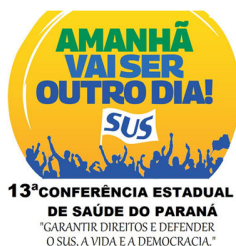
	como por exemplo, o fornecimento de testes rápidos para detecção da gestação.
131	Que o Estado do Paraná, amplie o investimento financeiros e de profissionais, garantindo à pessoa com deficiência e/ou o paciente que necessite de acesso aos Centros de Reabilitação Física credenciados, agilidade no acolhimento, bem como, na dispensação de órteses, próteses e meios de locomoção, tanto da média complexidade como da alta complexidade.
132	Que o Governo do Estado, amplie o valor financeiro destinado a exames especializados, dando celeridade na fila de espera, fazendo com que o paciente possa realizar todo o procedimento necessário em tempo hábil, garantindo o aumento do aporte financeiro para os municípios e consórcios regionais, desta forma ampliando o atendimento da demanda existente.
133	Que os três entes federativos demente e fortalecimento da Política Pública de Saúde Mental, principalmente a prevenção, e quando da necessidade de atendimento, realize incentivo financeiro para contratação de profissionais e de internamento, com vistas aos internamentos/atendimento de usuários de álcool, bem como, que o Estado do Paraná crie leitos psiquiátricos em Hospitais Gerais.
134	Que o Governo do Estado e Governo Federal, reavalie sua legislação ampliando a obrigatoriedade de investimento financeiro em Saúde Pública em no mínimo 150/o de seus orçamentos.



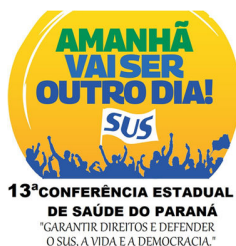
135	Implantação de programa e integrado para vacinação em todo o país, para acesso ao esquema vacinal do paciente em todo o território pelos profissionais da epidemiologia.
136	Ampliar a oferta de consultas especializadas (por exemplo pediatria, ginecologia, clínica vascular) pelo município, tanto da rede própria, quanto da rede consorciada, por meio da descentralização dos núcleos consorciados.
137	Criar estratégia de divulgação e orientações para os usuários em sala de espera de escola, mídias, redes sociais, informando o passo a passo do sus nas três esferas.
138	Garantia de salário justo para aos profissionais da saúde, que trabalham para o SUS equiparados aos que atendem em clínicas particulares, bem como implementar a utilização de tecnologias com plataformas digitais interligadas e eficientes para os registros de prontuários médicos e históricos de pacientes.
139	Aumentar o repasse de Recursos Estaduais para serem aplicados na Atenção Primária e na Estratégia Saúde da Família.
140	Criar um sistema de revisão das políticas de implantação dos Centros de Apoio Psicossocial nos municípios de pequeno porte, com foco nas opções de regionalização.
141	Aumentar o número de consultas com especialistas, exames e cirurgias efetivas, bem como, contratar mais exames específicos a fim de melhorar a quantidade e qualidade dos atendimentos prestados na Unidade Básica de Saúde, devido a



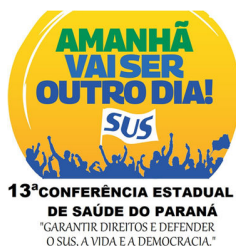
	longa espera por vagas e também por falta de especialistas.
142	Melhorar a estruturação da Rede de atendimento aos pacientes usuários de álcool e drogas e demais em situações de vulnerabilidade social.
143	Aumento no efetivo de agentes comunitários de saúde para atendimento de áreas remotas.
144	Capacitação para profissionais da Gestão.
145	Educação Permanente com a Equipe de Atenção Básica com horários exclusivos sem atendimento, para estudo de casos.
146	Conscientização dos pacientes e familiares para a adesão ao tratamento proposto.
147	Realizar na sala de espera rodas de conversas com os pacientes, sobre os serviços de saúde e seus objetivos.
148	Iniciar atendimento de grupo para pacientes estratificados em saúde mental e fibromialgia (com quais profissionais em psicologia, fisioterapia e enfermagem).
149	Disponibilizar ambiente específico para motoristas de ambulâncias.
150	Verificar perante estudos, a necessidade da contratação de mais profissionais na área de psicologia.
151	Capacitação de profissionais e informar corretamente os direitos e deveres dos cidadãos.



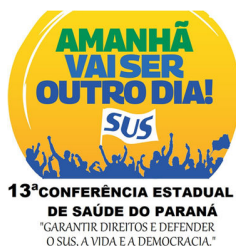
152	Ampliar horários de atividades educativas multidisciplinares.
153	Defender amplamente as medidas para o enfrentamento das desigualdades sociais com fortalecimento de políticas públicas de saúde, na linha do cuidado e condições crônicas, priorizando a atenção primária e atendimento integral às famílias em risco social e de saúde (valorizando o Programa PLANIFICASUS).
154	Uso da tecnologia para simplificação, integração e padronização dos Sistemas de Informação e registro da Atenção Primária em Saúde, e integração em todos os níveis de atenção.
155	Ampliação das especialidades em quantidade e diversidade no município, com foco em psicologia, psiquiatria com disponibilização de Neuropediatria na rede municipal de saúde.
156	Implantação de política pública de saúde mental nas escolas, com atividades esportivas, artísticas, palestras, com participação de psicólogos.
157	Pleitear recurso para financiamento do programa de saúde mental com repasses aos municípios, para contratar profissionais para fortalecimentos da política pública de saúde mental.
158	Ampliar leitos de psiquiatria e melhorar o fluxo para internamento na urgência.
159	Disponibilizar portal de transparência facilitando acesso para todos os cidadãos dos recursos estaduais repassados aos municípios, periodicidade mensal.



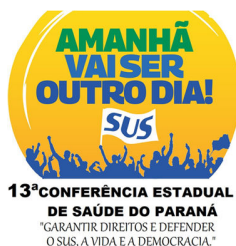
160	Instituir um programa de formação e capacitação para os conselheiros de saúde conforme vigência do mandato.
161	Capacitação contínua de funcionários de UBS e UPA.
162	Extensão do horário de atendimento nas UBS para trabalhadores através da contratação de equipe extra.
163	Fortalecimento da atenção primária, para abordar a maioria da procura.
164	Parceria entre a rede de urgência e emergência com a atenção primária, para conscientização da população com palestras educativas, políticas integrativas, sobre a diferença entre ambas, com divulgação nos rádios, etc.
165	Realizar sistemática visando criar a consulta programada, consulta livre e renovação de receita.
166	Triagem de enfermagem com autonomia para execução de Protocolo de Manchester nos atendimentos da UBS.
167	Mais repasses por parte da União e do Estado, bem como transparência dos repasses para os municípios poderem atender a demanda local e a valorização dos profissionais da saúde.
168	Garantia de acesso, atenção e atendimento integral aos grupos prioritários sendo eles, idosos, gestantes, crianças, portadores de necessidades especiais, saúde mental, autismo e demais doenças crônicas.



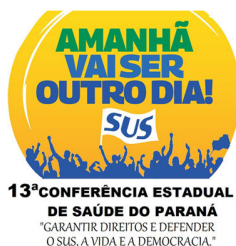
169	Fortalecimento de políticas públicas de saúde, na linha do cuidado e condições crônicas, priorizando a atenção primária e atendimento integral às famílias em risco social e de saúde (Maior valorização do PLANIFICASUS).
170	Defesa da Atenção Básica no SUS com o acesso ampliado das famílias às ações de prevenção, promoção e resolutividade, compatível com as necessidades da população em cada território, e ordenar o cuidado nas diferentes redes de atenção.
171	Propor junto às três esferas de governo, com ênfase no governo municipal, espaço equipado para trabalhar a educação em saúde, vindo a despertar na população o interesse da prática do autocuidado, através da reflexão sobre o adoecimento e os fatores envolvidos nesse processo, sendo o sujeito ativo, com atitudes de participação e envolvimento de seu tratamento.
172	Investir no atendimento da atenção primária que é o primeiro contato criando programas de apoio.
173	Capacitar os profissionais de saúde, para não tratar somente a doença. Voltar aos programas "Cuidando do Cuidador".
174	Atualização e fiscalização dos valores, programas de financiamento e faixas etárias para exame de prevenção do SUS.
175	Qualificação e capacitação dos médicos nos atendimentos de atenção primária para encaminhamento adequado, e resolutivo.
176	Alinhamento junto ao ministério público sobre a vacinação e vincular os benefícios (programas sociais) ao calendário vacinal



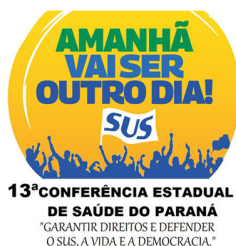
	desde o nascimento.
177	Ampliar bases do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e profissionais em pontos estratégicos.
178	Solicitar ao Ministério da Educação a inclusão do tema saúde do trabalhador como conteúdo obrigatório nos cursos técnicos e superiores que formam os profissionais da área de saúde e áreas afins.
179	Estruturar o atendimento aos usuários com registro em prontuário eletrônico interligando a APS com todos os serviços de saúde.
180	Implantação do ambulatório de feridas.
181	Desburocratizar o acesso aos medicamentos e componentes especializados.
182	Continuar a luta para a conquista do piso salarial dos trabalhadores da saúde em geral, assim como o seu financiamento a nível federal e estadual.
183	Fortalecimento da política pública em oferecer a jovens e adolescentes em idade escolar, em relação a saúde mental, prevenção de suicídio, drogas, doenças transmissíveis, gravidez indesejada.
184	Oferecer serviços de alta complexidade como: cirurgias cardíacas, cirurgias ortopédicas e próteses.



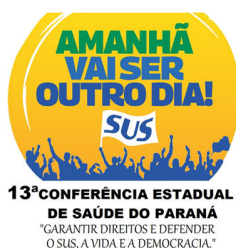
185	Mais contratação de profissionais especializados para atender crianças nos hospitais de referência do Estado, principalmente Neuropediatra e Urologista.
186	Promover a ampliação de serviços especializados, contratação de médico psiquiatra e cardiologista.
187	Capacitar os profissionais da saúde, para melhor atender os pacientes, através de oferta de cursos e treinamentos.
188	Repasse de verba do governo Estadual para os municípios para fornecimento de medicamentos de alto custo para pessoas de baixa renda que se encontram em situação de vulnerabilidade social temporária.
189	Fortalecer e capacitar a rede de proteção na qual se enquadra todas as unidades de saúde de atendimento à mulher vítima de violência, sensibilizando a todos os profissionais da importância da NOTIFICAÇÃO e direcionamento da vítima à rede de assistência.
190	Investir mais recursos para melhorar o atendimento de cirurgias ginecológicas.
191	Transferência de mais recursos financeiros do Estado para a atenção primária dos municípios.
192	Criar estratégias para construção de atenção à saúde mental para municípios de menos de 20 mil habitantes.
193	Maior agilidade no agendamento de consulta inicial priorizando o retorno em especialidades.



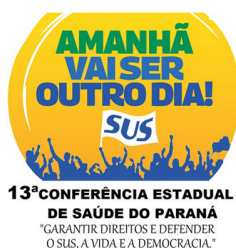
194	Proporcionar atendimento especializado em psiquiatria, ginecologia e pediatria e que a união e o estado garanta recursos financeiros para tal.
195	Que o Estado crie um acesso eletrônico (tipo site), para que os Usuários (as) tenham acesso à sua posição em fila, nos atendimentos que oferta, principalmente, em relação às cirurgias.
196	Educação permanente através da escola de saúde pública para os profissionais da atenção básica e hospitais.
197	Investir em municípios com menos de 30 mil habitantes em pacientes de saúde mental em nível ambulatorial.
198	Aumento do financiamento em custeio para a Saúde, nível estadual e federal
199	Aumento do número de vagas das especialidades de psiquiatria.
200	Aumento do repasse de verbas federal e estadual, com no mínimo de 25%.
201	Implantação de serviço regionalizado para diagnóstico e acompanhamento de autistas.
202	Fortalecer os serviços na saúde mental com equipe multiprofissional, priorizando adolescentes e visando melhor qualidade de vida.
203	Atendimento especializado aos pacientes com transtorno espectro autista (especialização/contratação).



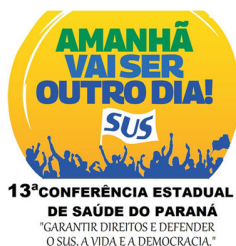
204	Melhor distribuição de Recursos Federais do SUS para os municípios, distribuição essa que deveria ser realizada de acordo com a quantidade de usuários cadastrados nos municípios e não somente utilizado dados de CENSO, uma vez que esses dados são área prazos longos e não acompanham corretamente o crescimento dos municípios, tendo com base no FMS: Nacional/estadual.
205	Agilidade nas consultas de especialidade e cirurgias que o município tem que pedir via estado.
206	Requerer junto ao Estado capacitação aos trabalhadores de saúde, bem como, referência para atendimento da pessoa com espectro autista.
207	Que o estado promova macro licitações de equipamentos médico hospitalares e de materiais permanentes, para que os municípios façam as aquisições necessárias, com melhores preços e melhor qualidade.
208	Ampliação do leque de fornecimento de medicação especial de alto custo possibilitando um maior acesso da população às famílias de medicamentos do componente estadual farmacológico.
209	Viabilizar recursos e acesso para atendimento do cuidado, tratamento de ostomias e feridas junto a SESA.
210	Ampliar o financiamento estadual e nacional dos incentivos de saúde bucal na atenção especializada.



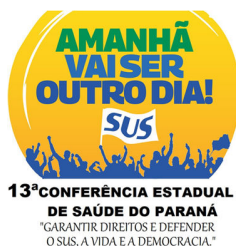
211	Incluir na linha guia da rede materno infantil a realização de ultrassonografia morfológica.
212	Construir e implementar um centro de referência para o atendimento a queimados da macrorregião noroeste.
213	Formulação e implementação de lei de caráter punitivo via judicial (proprietários que apresentam foco de dengue na residência).
214	Ampliar os serviços médico hospitalares em urologia dentro do Macro Noroeste, com a contratualização de novos prestadores para preencher os vazios assistenciais, através da discussão no espaço da CIR.
215	Ampliar centros de atendimentos de reabilitação física e motora, juntamente com centro ortopédico, para atendimento a essas pessoas com deficiência (PcDs), amputações e traumas em geral.
216	Garantir que o ministério de saúde e as secretarias estadual e municipal de saúde fortaleçam o sistema nacional de auditoria (SNA) do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da criação de uma política nacional do SUS (PNAS), conforme deliberado na 13ª conferência nacional de saúde.
217	Promover campanhas para o fortalecimento de ações de prevenção das DST/AIDS.
218	Disponibilizar recursos financeiros para construção, ampliação e reforma das unidades de saúde garantindo acessibilidade à pessoa com necessidades especiais.



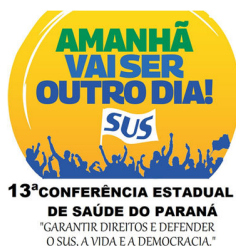
219	Fortalecimento da Atenção Primária através de novos programas e reconfiguração dos programas existentes.
220	Atualizar a plataforma do Fundo Estadual de Saúde, semelhante ao Fundo Nacional de Saúde, que permite maior transparência e detalhamento dos recursos transferidos aos municípios.
221	Desenvolver plataforma (ou utilizar, adaptar sistema já existente) que permita maior transparência para a população de fila de exames, consultas especializadas e cirurgias eletivas, indicando grau de prioridade por condição clínica, respeitando protocolos clínicos preestabelecidos e LGPD.
222	Criação de CAPS de abrangência regional para atender os municípios de pequeno porte em relação à saúde mental.
223	Implantar fluxo de atendimento a partir do nascimento da criança com Síndrome de Down, respeitando as diretrizes de Atenção à Pessoa com Síndrome de Down; do Ministério da Saúde, de 2012, com integração da atenção primária e especializada para encaminhamentos aos diversos níveis de atenção. Atenção ao atendimento prioritário de crianças com síndrome de Down, autistas desde às UBS's até o atendimento com especialistas, seguindo os protocolos do Ministério da Saúde.
224	Fortalecimento das Políticas Públicas de rastreamento para acesso, identificação e diagnóstico para tratamento imediato de doenças negligenciadas, a exemplo da Tuberculose e Hanseníase, com capacitação permanente dos profissionais



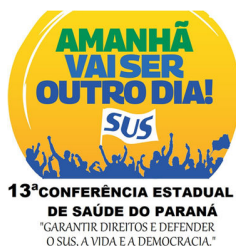
	próprios, terceirizados ou conveniados.
225	Propor a revisão para ampliação do elenco de ações, insumos e equipamentos para execução de Emendas Parlamentares.
226	Fortalecimento e valorização das Práticas Integrativas e Complementares na Saúde – PICS, da Medicina Tradicional Complementar e Integrativa – MTCI, com valorização dos Espaços Sagrados, dos Povos e Comunidades Tradicionais da Matriz Africana e Povos Originários, entre outros, com reconhecimento de suas práticas, saberes, oralidade, musicalidade, terapêuticas, e ancestralidade, na perspectiva da Promoção em Saúde no SUS.
227	Oferecer educação continuada, reuniões e capacitações, atualizações, discussão de caso, principalmente no que diz respeito à humanização e acolhimento dos usuários.
228	Implementar Políticas Públicas que garantam maior acessibilidade à média complexidade (consulta, exames com especialistas, etc.) incluindo ações de apoio à atenção primária em saúde (matriciamento, discussão de casos entre médicos da atenção especializada e primária).
229	Contratação de médico ginecologista/obstetra e médico pediatra.
230	Fortalecer os fluxos de cirurgias eletivas, efetivando o programa estadual promovendo maior efetividade a média complexidade (consultas, exames e cirurgias eletivas).



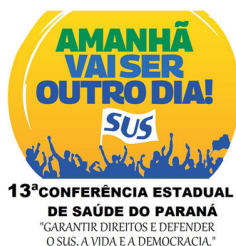
231	Criar e implementar um plano de atendimento voltado para os trabalhadores do SUS, através de uma equipe multidisciplinar.
232	Garantir o financiamento Tripartite, União, Estado e Município.
233	Ampliar os repasses estaduais para melhor funcionamento na saúde nos municípios.
234	Atualizar de forma integral a tabela sus para procedimentos.
235	Melhorar a estrutura e equipamentos em toda a rede municipal, em parceria com o Estado.
236	Capacitar os funcionários da saúde com cursos de especialização, em parceria com o Estado.
237	Um programa que amplie a execução do trabalho da atenção primária com os usuários/pacientes. Inserção de profissionais com foco em prevenção, educação e promoção em saúde.
238	Melhorar a capacitação para todos os funcionários. Valorização dos funcionários.
239	Ampliar os serviços especializados de responsabilidade do Estado.
240	Aumento de credenciamento de hospitais.
241	O sistema de saúde pública necessita urgentemente definir estratégias, para amenizar os problemas causados pelo aumento dos custos na saúde.



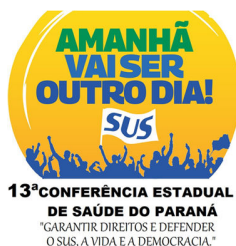
242	Aumento do número de cotas de pediatria, ginecologista, geriatria, neuropediatras.
243	Promover incentivo financeiro para profissionais de saúde, ampliação e manutenção de equipamentos, e estrutura física para melhorar o atendimento à população.
244	Expor histórico de atendimento em todos os postos trazendo mais publicidade para as ações desenvolvidas (confeção de material de divulgação a cada 30 dias) e divulgação pelas redes sociais e nas unidades.
245	Verba estadual para abertura de UBS 24h.
246	Realizar reuniões descentralizadas com os conselhos municipais para alinhamento das ações em defesa do SUS e oferecer capacitação continuada aos conselheiros municipais de forma virtual sobre as suas atribuições para o fortalecimento dos conselhos.
247	Acesso a informações e dados reais relacionado a saúde através de mídias sociais por meio de campanhas publicitárias oriunda do Ministério da Saúde, ou seja investimento em campanhas publicitárias e o impulsionamento para que estas informações cheguem a toda população, independentemente de estarem inscritas ou seguindo os perfis relacionado ao Ministério da Saúde, com a justificativa de devido ao momento tecnológico e a grande maioria da população está conectada em alguma rede social, seja Instagram, Facebook, Youtube, Twitter, Tik Tok entre outras.



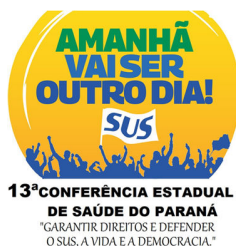
248	Capacitação continuada para as os profissionais de saúde com o intuito de incentivar a integração e a humanização das equipes, seja Atenção primária, Pronto Atendimento ou qualquer outra que faça parte da política de Saúde, para que a população tenha conhecimento dos serviços ofertados pelo SUS, como forma de garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia.
249	Um melhor atendimento à carceragem local junto a UBS.
250	Programa de capacitação progressiva e regular para funcionários, programa para saúde mental.
251	Fortalecer e aperfeiçoar os espaços de comunicação entre usuário e instituição, Federal, Estadual e Municipal, através das Ouvidorias e demais canais.
252	Mudança de modelo de atendimento aos usuários voltados a integralidade, com a criação de planos terapêuticos; Garantia de investimentos para concursos públicos com formação de equipe multidisciplinar efetiva, para uma maior continuidade do cuidado do usuário.
253	Dar publicidade à atuação do Conselho Municipal de Saúde e maior participação junto à sociedade, com representatividade efetiva, oferecendo capacitação e interação social aos conselheiros, principalmente junto aos órgãos representativos de classe e ao poder público, fortalecendo as comissões locais de saúde, fiscalizando e cobrando os órgãos públicos, juntos às secretarias de Governo, fazendo uma interface intersetorial de toda a máquina administrativa, na promoção da Saúde.



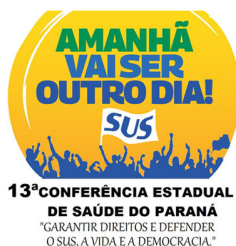
254	Aumento da cota de exames e flexibilização do prazo para exames não essenciais de monitoramento.
255	Valorização do profissional de saúde e fortalecimento da promoção e prevenção da saúde mental.
256	Fortalecimento do atendimento odontológico.
257	Acesso e divulgação para o atendimento da população para melhorar. Ampliar o acesso da legislação através da utilização das tecnologias; garantir um direito digno a todos, ter acesso às áreas que não coloque a vida em risco, ter direito a todos os tipos de exames e medicamentos.
258	Implantação de plano de carreira para os profissionais de saúde com o objetivo de promover o crescimento e a valorização desses profissionais.
259	Criação de um programa de Educação Continuada em Saúde, destinado especialmente aos profissionais de Atenção Básica em Saúde.
260	Fortalecer o incentivo financeiro dos municípios que recebem Imigrantes.
261	Garantir e ampliar o Programa Médicos para Brasil, com co-financiamento por parte do Estado, com a possibilidade de contratação de equipe multiprofissional (enfermeiro, dentista, fisioterapeuta, psicólogo e outros).
262	Mais agilidade na fila de exames especializados, reduzindo a fila de espera, bem como aumentar a oferta de vagas para



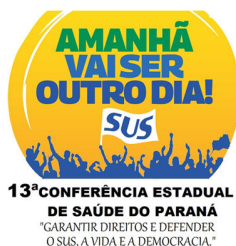
	especialidades e procedimentos.
263	Que o Estado do Paraná implante/contratualize Serviço de referência em Neuropediatria.
264	Ampliar o Programa Academia da Saúde com cofinanciamento do Estado.
265	Pactuar com o Estado maior valor de repasse através do QUALICIS, para aumentar o número de atendimento de especialidades.
266	Desenvolver políticas públicas/incentivos financeiros para implementação de equipes para atendimento de população de rua para municípios de pequeno e médio porte (menos de 100 mil habitantes).
267	Maior injeção de recursos financeiros para a infraestrutura de hospitais regionais ou de referência.
268	O Estado deve cumprir com o percentual de investimentos na saúde de acordo com a Lei complementar 141 de janeiro de 2012.
269	Viabilizar contato com a SESAI – Serviço Especializado de Saúde Indígena a fim de garantir equipe multiprofissional atuante para a população Indígena.
270	Ampliar repasses financeiros do Estado para implantar/implementar a Saúde Bucal.
271	Ampliar o número de vagas para internamento psiquiátrico em hospital geral.



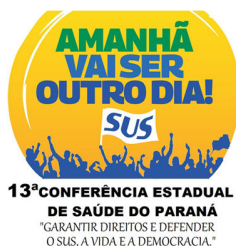
272	Revisar e incrementar os valores de financiamento das ações dos serviços de Saúde pelo Estado e União.
273	Ampliar o acesso à atenção especializada ofertando consultas e cirurgias eletivas nas especialidades psiquiatria, ginecologia, reumatologia, pediatria, hematologia, endocrinologia, cardiologia, urologia, neurologia e neuropediatria.
274	Promover recursos para financiar atividades relacionadas ao Conselho Municipal de Saúde como eventos, divulgações, materiais, etc.
275	Aumentar recursos para novas equipes de saúde bucal.
276	Pleitear recursos para implantação da Rede de atenção à Saúde da Mulher.
277	Melhorar a demanda pela Atenção Especializada de consultas, exames e cirurgias, no intuito de diminuir filas.
278	Garantia da Integralidade nos tratamentos oftalmológicos.
279	Capacitação dos profissionais em geral para atendimentos de pacientes PCD, e valorização financeira para que permaneça prestando serviço ao município.
280	Apontar ao Estado a necessidade de aumentar o número de vagas para as consultas de especialistas, viabilizando a diminuição de tratamento fora do domicílio.
281	Fortalecimento e divulgação do Conselho Municipal de Saúde para população ter o conhecimento da importância da adesão



	de novos conselheiros durante os quatro anos específicos.
282	Garantir a agilidade na contratação de médicos e renovação dos contratos relacionados à área da saúde.
283	Verificar a viabilidade da contratação de aplicativo para transparência de filas de exames, consultas e cirurgias.
284	Criação de um ambulatório de triagem e apoio oncológico.
285	Fortalecer a divulgação para os usuários de serviços de saúde, quais os canais disponíveis de comunicação para reclamação, elogios e sugestões.
286	Contratação de médico psiquiatra para o CAPS e verificar a possibilidade de adesão ao CAPS AD.
287	Fortalecer campanhas e divulgação da saúde do homem.
288	Construção de mais UBS, com implementação de mais equipes para cobertura territorial de 100% da Atenção Primária. Garantindo equipe completa mediante vaga de concurso público.
289	Que a Sesa-PR amplie e destine maior volume financeiro, através de incentivos aos municípios para o fortalecimento das equipes ESF, ampliação da infraestrutura de trabalho, viabilização de meios de locomoção saudável, bem como incentivar a educação permanente para os profissionais da saúde.



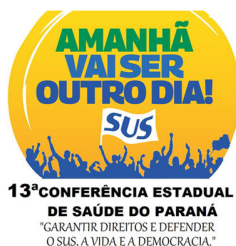
290	Garantir atendimento com equidade. Elaborar critérios para visitas domiciliares com capacitação da equipe.
291	Melhorias nos repasses do Governo Estadual e Federal para melhores condições de estrutura, trabalho e serviços.
292	Valorização da classe de enfermagem; Orientação com grupos de apoio para todas as faixas etárias. Ex.: autismo, usuários de drogas e álcool.
293	Capacitação para os recepcionistas para todas as UBS e PAM para melhor atendimento.
294	Ampliação do atendimento ambulatorial dos serviços especializados em pediatria.
295	Aumentar a cota de exames de mamografia, ressonância, endoscopia e tomografia.
296	Solicitar ao governo federal financiamento para construção do CAPS e cofinanciamento estadual para manutenção do serviço do CAPS.
297	Implantação de uma unidade de coleta e transfusão de sangue para a 22ª Regional de Saúde.
298	Facilitar a regulação por SAMU, pois não há mais leitos nos municípios e existe dificuldades quando o paciente é internado fora da regional de saúde.



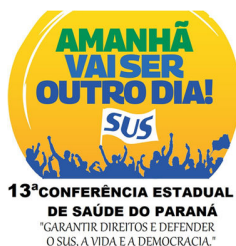
II – O papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas.

161 Propostas Aprovadas

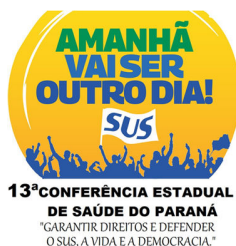
1	Educação permanente no Controle Social.
2	Promover a participação da sociedade civil no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública na execução das políticas públicas, avaliando os objetivos, processos e resultados através de divulgação das audiências públicas.
3	Fortalecer o direito humano do acesso equânime as políticas públicas de saúde (População negra; Quilombolas; Comunidades tradicionais de terreiro; Indígenas; Ribeirinhos; Pessoas em situação de rua; Refugiados; Ciganos; Moradores de favela e periferia; Pessoas que vivem com HIV/Aids; Pessoas com deficiência; Pessoas privadas de liberdade e Jovens em medidas socioeducativas; Pessoas inseridas em comunidades terapêuticas e nos espaços de saúde mental; Trabalhadores informais, como catadores de materiais recicláveis, artesãos, camelôs e profissionais do sexo, LGBTQIA+, pessoas do movimento sem terra).
4	Valorização das equipes da Atenção Básica, evitando a rotatividade por meio de concurso com a garantia do financiamento para as equipes completas, estruturas físicas, equipamentos e a vinculação com o território, para aumentar a



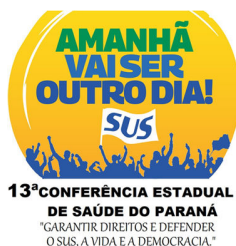
	resolutividade e fortalecer o elo entre trabalhadores e usuários do SUS.
5	Criação de contrapartida de financiamento Estadual na implantação e no custeio das modalidades de Centro de Atenção Psicossocial - CAPS da Rede de Atenção Psicossocial — RAPS.
6	Implantar políticas públicas destinadas às crianças e adolescentes, em conjunto com outras secretarias, abordando temas de interesse à saúde (dependência química e alcoolismo, sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, bullying, incentivo ao lazer, esporte e cultura).
7	Implantar educação continuada em saúde para profissionais de saúde, incluindo saúde mental.
8	Fortalecimento e aprimoramento no atendimento da Ouvidoria Estadual de Saúde em apoio aos usuários do SUS quanto às demandas de serviços realizados junto às clínicas, laboratórios e hospitais conveniados ao SUS nas suas respectivas regiões.
9	Apoiar por meio do investimento financeiro do Governo do Estado ao Controle Social dos Conselhos Municipais de Saúde, para estrutura e independência financeira para formação e qualificação.
10	Garantir e fortalecer os espaços e mecanismos de participação popular para o controle social nas três esferas do SUS, com paridade de composição e pluralidade política, financiamento adequado e o cumprimento das deliberações aprovadas pelas Conferências de Saúde e Conselho de Saúde.



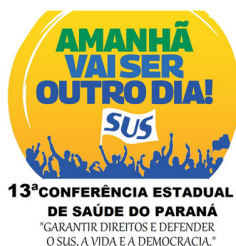
11	Ampliação de acesso aos serviços especializados para que se contribua com a reorganização e operação do complexo regulador para reduzir o tempo de espera por exames e consultas especializadas e internamentos, provendo a vinculação e responsabilização pela atenção às necessidades da população.
12	O Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria do Estado da Saúde, ministério público e conselho estadual de saúde, obrigatoriamente deverá desenvolver campanhas para conscientização da população no que diz respeito ao controle social na saúde através de campanhas educativas e incentivo à participação popular nos conselhos de saúde e nas conferências de saúde.
13	Ampliar a oferta de cirurgias eletivas conforme a demanda e necessidade da população revendo os programas hoje existentes executados a nível estadual.
14	Garantir o fortalecimento e ampliação dos espaços de controle social, bem como, o repasse financeiro e estruturas de funcionamento.
15	Garantir que os órgãos fiscalizadores possam atuar de forma mais presente no que é pertinente ao controle social.
16	Capacitar de forma permanente os Conselheiros, priorizando informações sobre os dados contábeis e sobre as responsabilidades e a importância que envolve o cargo de conselheiro.



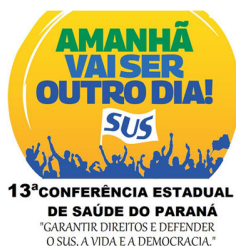
17	Que a união e o estado aumentem o repasse de recursos para as APAES para ampliarem os atendimentos.
18	Reimplantação do Programa Estadual de Qualificação dos Conselho Municipais de Saúde (PQCMS) objetivando a transparência de incentivo financeiro, de custeio e de capital, aos conselhos municipais de saúde para o fortalecimento do controle social por meio da sua estruturação física.
19	Requerer junto ao Estado, recursos para estruturação e capacitação do (s) conselho (s) municipal (is) de saúde, em especial, neste momento de inserção de novos conselheiros.
20	Equipe multiprofissional para promover atividades coletivas.
21	Estreitar as relações entre os conselhos, gestão, ministério público e tribunal
22	Melhorar a transparência das contas da saúde.
23	Capacitar os conselheiros objetivando o conhecimento das atividades; estruturar os conselhos de forma a ser mais atuante e deliberativo; bem como a garantia do financiamento das atividades dos conselhos. Investir na educação, de forma a construir a consciência cidadã e participativa sobre a importância do Controle social e o fortalecimento dos movimentos sociais. Garantir a participação dos trabalhadores da saúde nas diferentes instâncias, nas decisões para a APS, AE, Hospitalar de alta complexidade.



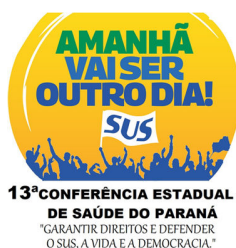
24	Criar um boletim informativo com periodicidade mensal através de um programa audiovisual (como vídeos curtos/multivídeos) sobre as ações de saúde e do conselho federativo de saúde a serem enviados para as unidades básicas de saúde e outros serviços de saúde evitando as fake news, como garantia de direito a informações em tempo real podendo mobilizar ações coletivas que visam melhores condições de atendimento à população.
25	Acesso às informações dos serviços de saúde e os serviços públicos de forma acessível e inclusiva.
26	Criar equipes técnicas pelo poder executivo para assessorias nas entidades (associações, fundações, ONGs, etc.) com a finalidade de aumentar a captação de recursos para as entidades.
27	Liberação de exames; endoscopia, ressonância; dermatologia; neurologia pediátrica; medicamento para Câncer sem precisar acionar judicialmente.
28	Fiscalizar as ações do governo, a fim de solucionar problemas e assegurar a manutenção dos serviços de atendimento ao cidadão proposta; viabilizar a garantia de uma verba específica do governo federal para os Conselhos Municipais de Saúde.
29	Criação e manutenção de espaços terapêuticos voltados ao atendimento da pessoa com TEA e outras deficiências e suas especificidades. Com disponibilização de recursos federais, estaduais e municipais. Incluindo garantia de transporte para o usuário e familiares.



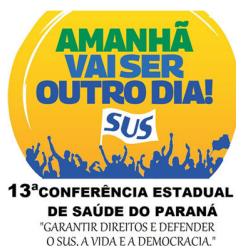
30	Nova distribuição de território para utilização de unidade de saúde mais próxima; Projeto Saúde no Campo para atendimento multidisciplinar de fácil acesso.
31	Ampliação dos Serviços de Atenção Especializada e de Referência em Doenças Raras no Sistema Único de Saúde, de maneira a promover o atendimento integral e multidisciplinar para o cuidado das pessoas com doenças raras.
32	Ampliação da Rede de Atenção à Saúde dos Idosos.
33	Criar financiamento específico para ampliar a oferta de saúde especializada.
34	O papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas: Incentivar a comunidade, mediante ações educativas, para a adoção de condutas que visem o descarte ambientalmente adequado de resíduos sólidos urbanos visando à diminuição de focos para a proliferação de vetores e o risco de enchentes e inundações. Fortalecer as estratégias de educação em saúde dirigidas à população de catadores de materiais recicláveis que atuam em áreas prioritárias de enfrentamento da leptospirose, por meio de parcerias com líderes comunitários, escolas entre outros equipamentos públicos, com intuito de aumentar a conscientização quanto ao uso de EPIs, os cuidados com o ambiente, reconhecimento dos principais sintomas da doença e busca precoce de atendimento. Criar programas de capacitação para conselheiros de saúde e lideranças da comunidade, com utilização de novas metodologias e de recursos tecnológicos que facilitem a



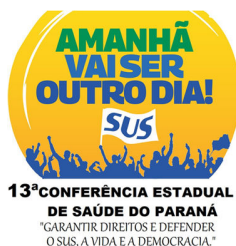
	participação dos conselheiros de saúde, municipais, distritais e locais e demais cidadãos.
35	Implantar estratégias de estratificação de prioridades para solicitação de exames e consultas especializadas.
36	Inserir consulta de enfermagem na programação da UBS (programa/linha guia).
37	Criar/implantar coordenação para atendimento de média complexidade.
38	Maior integração e comunicação entre o Conselho Estadual de Saúde - CES e os Conselhos Municipais de Saúde - CMS, fomentando a aproximação das Regionais de saúde na divulgação de encontros promovidos pelo CES para a formação e capacitação, de conselheiros de saúde, de forma regionalizada, com grandes números de vagas para ampla participação da comunidade.
39	Propor a discussão e o planejamento junto ao CES e a SESA para a organização de linhas regionalizadas de transporte sanitários para consultas, exames e tratamentos eletivos no âmbito do SUS.
40	Divulgação das Normas e Fluxos de Trabalho (Capacitações, Educação em Saúde e Programa para os ouvidores e Conselheiros).



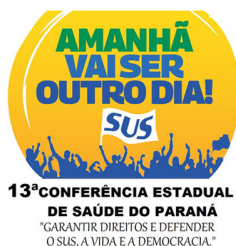
41	Promover no âmbito da SESA-PR a viabilização para que os municípios implementem Centros de Atendimento Pós-Covid-2019, com equipe multidisciplinar e a dispensação dos fármacos adequados para o tratamento conforme diretrizes terapêuticas aprovadas, adequando a relação estadual de medicamentos para atender a necessidade do tratamento continuado e resolutivo, com medicamentos de alta tecnologia e eficiência.
42	Promover e intensificar as ações do controle social, para a promoção da prevenção em saúde, em parceria com as associações de moradores, igrejas, entidades do terceiro setor legalmente constituídas, para a prática de esportes, a prática de convivência da melhor idade, troca de experiências, promovendo assim, a aproximação dos conselhos municipais e do conselho estadual de saúde junto às populações.
43	Realizar a 4ª Conferência Estadual de Saúde Bucal.
44	Ampliar a divulgação das funções, metas e objetivos do Conselho Municipal de Saúde, visando a maior participação da comunidade, ampliando o controle social.
45	Garantir formação de trabalhadores da saúde comprometidos com os princípios e diretrizes do SUS, possível somente com uma formação crítica e humanista na modalidade 100% presencial, combatendo o EAD na graduação na área de saúde no âmbito do Controle Social.



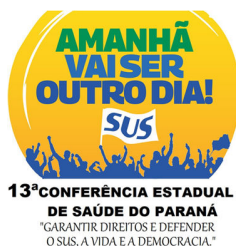
46	Garantir o exercício do controle democrático sobre o sistema de saúde e de saúde mental na formulação de políticas e programas, através dos representantes de usuários, trabalhadores, gestores e representantes da sociedade civil nos conselhos de saúde, demais formas de controle social em seus diversos níveis. Reforçando a política do sus como política de estado e não de governo.
47	Consultar o usuário da saúde pública a fim de melhorar a prestação do serviço SUS, através de meios tecnológicos e/ou formulários, demais instrumentos de gestão e pesquisa de qualidade do serviço de saúde.
48	Implementar o sistema integrado de ouvidoria – SIGO.
49	Garantir recursos e capacitações para fortalecimento dos conselhos.
50	Garantir recursos para infraestrutura física do Conselho, bem como repasse de recursos financeiros para as execuções das atividades do Conselho, assim como o investimento em ações temáticas a serem realizadas pelo mesmo.
51	- Aumento do número de vagas disponibilizadas para atendimento multiprofissional para pessoas com deficiência no serviço especializado.
52	Manter o PlanificaSUS.
53	Viabilizar casa de passagem, para pessoas que sofrem violência e vulneráveis, no âmbito Estadual.



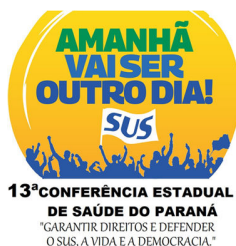
54	Reforma, ampliação e melhoria física das UBSs e realizar uma programação de manutenções preventivas das estruturas físicas através de recursos financeiros Estadual, Federal ou próprio.
55	Contratação de ampliação de profissionais de todas as áreas da saúde. Solicitação de Recursos Financeiros para contratação via Estado ou concurso Público.
56	Reorganização da fila do SUS em especialidades. Reavaliação da necessidade do procedimento em caso de faltas. Conscientização da população sobre faltas e acesso da fila de espera para melhor utilização dos recursos.
57	Viabilizar recursos financeiros para capacitar e qualificar conselheiros municipais de saúde e equipes municipais e regionais de apoio ao controle social.
58	Garantir, assegurar a participação dos movimentos sociais juntos nas ações e discussões do Controle Social, garantindo assim o planejamento a fiscalização, acompanhamento e avaliação, das ações e atividades desenvolvidas; proporcionar espaço de discussão junto aos movimentos sociais no intuito de dar voz às manifestações de interesses comuns e coletivos.
59	Aumentar os investimentos para administração das ações em saúde e melhoria do desempenho das atividades oferecidas.
60	Ampliação da rede de especialidades de urgência e emergência para outros pontos na região Sudoeste.



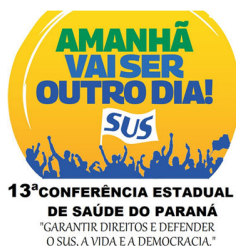
61	Fortalecimento das Regionais de Saúde a nível hospitalar e rede de especialidades, com possíveis subdivisões para melhorias no acesso aos atendimentos; conscientização da população com relação aos direitos e deveres do SUS, seus princípios levando um clareamento sobre a função do SUS e cada hierarquia dentro do sistema único de saúde.
62	Capacitação dos Conselheiros quanto às atividades realizadas no Conselho Municipal de Saúde e a capacitação continuada para os profissionais de saúde; ampliação das especialidades na área da saúde mental e neurológica (adulto e pediátrica); aprimorar e aperfeiçoar as Políticas Públicas especificamente na área da saúde.
63	Viabilizar recursos Estadual e Federal para custeio de materiais e insumos para o pronto atendimento, visto que o Município fica distante da base do SAMU e acaba realizando os atendimentos pré-hospitalares também.
64	Ampliar o número de exames fornecidos pelo SUS de alta complexidade incluindo o exame de processamento auditivo central e BERA.
65	Criar política pública de saúde para cofinanciamento das Unidades de Pronto Atendimento pela SESA-PR.
66	Implantação e capacitação das PICs - Políticas integrativas e Complementares.
67	Criação de um Núcleo Multidisciplinar de atendimento à Saúde Mental.



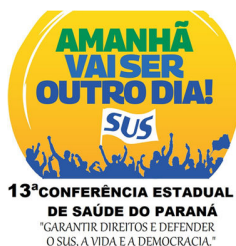
68	Investir na prevenção de saúde mental e oferecer tratamento e atenção especial aos profissionais de saúde.
69	Implementação de programas de saúde mental voltados para o envolvimento da comunidade em projetos que aproximem a população das ações e da compreensão das necessidades em saúde no âmbito biopsicossocial, bem como a descentralização dos centros de pesquisa e atendimento às pessoas LGBTQ1A+ para regiões de saúde, atualmente contratado no CPATT em Curitiba.
70	Incentivo financeiro para custeio da equipe da atenção primária pelo estado.
71	Realizar qualificação constante dos trabalhadores que atendem no SUS.
72	Garantir acesso a medicamentos e vacinas de forma igualitária, como direito humano, com devidos recursos oriundos da farmácia popular.
73	Implantar um programa de governo que obrigue as empresas e os setores públicos a implementar um sistema de assistência em saúde ocupacional, para que os trabalhadores possam realizar as suas atividades no ambiente de trabalho com muito mais tranquilidade, relaxamento e garantia de bem-estar social.
74	Ampliação das cotas de exames e consultas de média e alta complexidade.
75	Priorizar o financiamento e as ações voltadas para a atenção primária visando garantir a resolubilidade, a escala e a



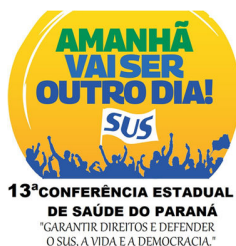
	qualidade adequadas.
76	Repasse fixo pelo Estado. As ações de repasse do Estado não são sempre pontuais, e havendo uma política de repasse fixo, há uma possibilidade maior de planejamento de ações.
77	Estruturar o quadro de profissionais da vigilância como um todo de acordo com as necessidades de saúde da comunidade, incluindo ACS.
78	Implantar e aplicar lei de multa em terrenos baldios e residências com má qualidade sanitária.
79	Promover capacitações dos profissionais e promover campanhas de alerta das doenças prevalentes e os agravos provocados pelos vetores, identificar articulações junto às escolas, estreitar parcerias entre educação, saúde e comunidade.
80	Saúde e assistência social trabalhando juntas no combate à desigualdade social; Saúde e segurança trabalhando juntas no controle e uso abusivo de álcool e drogas; Saúde e educação trabalhando juntas, levando informação e conhecimento, com enfoque na prevenção.
81	Instituir cuidado compartilhado da rede com a da saúde pública com foco na saúde mental.
82	Atuar no planejamento das diversas ações dos serviços de saúde, na Avaliação e Fiscalização das atividades do executivo nas diversas áreas tendo como meta a garantia dos serviços no SUS.



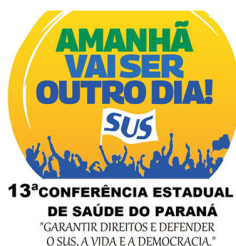
83	Acompanhar se as ações da saúde estão voltadas para o cuidado da saúde da população, visando garantir acesso integral, universal e igualitário à população, dos serviços mais simples que é atendimento ambulatorial aos de grande complexidade, cirurgias, transplantes etc.
84	Disponibilizar capacitação aos Conselheiros sobre as legislações vigentes, para que os mesmos possam entender como funciona a forma de fiscalizar os recursos da saúde, em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal atuando nas prestações de contas tais como: conhecerem o que LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Relatório Anual de Gestão e outros instrumentos de Gestão.
85	Garantir participação dos conselheiros municipais de saúde em conferências, simpósios, fóruns, reuniões e outros momentos de interesse do controle social, para obtenção de conhecimento.
86	Integração entre as Secretarias de Saúde, Assistência Social e Educação trabalhando juntas no combate à desigualdade social, no controle e uso abusivo de álcool e drogas e levando informação e conhecimento com enfoque na prevenção.
87	Garantir ações de saúde voltadas para o cuidado da população, visando garantir acesso integral, universal e igualitário à população, desde os serviços mais simples que é atendimento ambulatorial aos de grande complexidade, cirurgias, transplantes e etc.



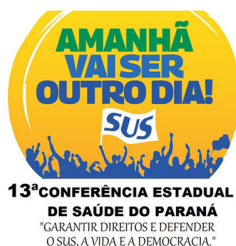
88	Pleitear recurso para financiamento do programa de saúde mental com repasses aos municípios, para contratar profissionais para fortalecimentos da política pública de saúde mental.
89	Suscitar na população a importância da vacinação em todas as fases da vida, evitando o surgimento de doenças reemergentes que já haviam sido erradicadas, com participação ativa dos movimentos sociais.
90	Conscientizar a população sobre a importância e valorização do PNI (programa nacional de imunização) para prevenção de agravos e redução de óbitos e complicações por doenças preventiva.
91	Conscientização da população quanto a procura pelo atendimento de saúde adequado, capacitação constante das equipes de saúde no enfrentamento aos desafios que surgem durante os atendimentos.
92	Priorização da saúde preventiva, através de programas e ofertas de serviço em horários alternativos.
93	Aumento de cotas de consultas em especialidades (urologia, ortopedia, otorrinolaringologia, neurologia, hematologia, reumatologia, cirurgia vascular).
94	Implementar UTI neonatal.
95	Rever a contratualização de prestação de serviços para exames citopatológicos, garantindo agilidade dos serviços e aumento da quota mensal de serviços.



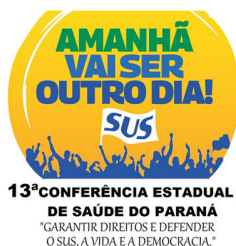
96	Implementar Projeto para promoção da saúde mental.
97	Fortalecer os movimentos sociais a fim de combater os retrocessos das políticas públicas de saúde.
98	Rever as questões relacionadas à saúde das mulheres, melhora na agilidade em relação ao tempo de espera pelo resultado do exame de cito patológico, aumento de cotas mensais de exames como mamografia.
99	Aumentar serviços de especialidades, IML regional, residência terapêutica, UTI neonatal, construção de CAPS regional.
100	Unir forças através da divulgação da importância do SUS para todos com objetivo de combater a ideia de privatização do SUS como um processo natural, sem nenhum questionamento ou luta.
101	Capacitação dos Conselheiros, com recursos oriundos de orçamento na LOA.
102	Que o Estado garanta a participação dos municípios nas tomadas de decisões em reuniões, sejam pelos órgãos de fiscalização: ouvidoria e conselho municipal.
103	Aumentar cotas pelo Estado para consultas cirúrgicas de diversas especialidades
104	Que o estado crie ambulatorios macrorregionais para o atendimento da comunidade LGBTQIA+.
105	Que o Estado credencie profissional para executar a sedação em pacientes que necessitem para realização de exames.



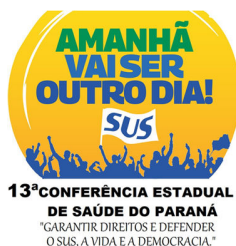
106	Desburocratização do sistema e a participação da sociedade na administração pública.
107	Pleitear recursos federais e estaduais para custear transporte, alimentação e hospedagem de pacientes em tratamento fora de domicílio.
108	Promover capacitações aos conselheiros municipais de saúde acerca de suas atribuições e da importância do efetivo exercício do controle social.
109	Requerer junto ao Estado capacitações aos trabalhadores de saúde e referência para o atendimento da pessoa com espectro autista.
110	Solicitar a ampliação e flexibilizar os repasses para o financiamento da saúde nos municípios.
111	Buscar recursos junto aos órgãos públicos para a construção de centro dia para permanência diária de idosos com avaliação multidimensional: estadual/nacional.
112	Que seja montada uma página do fundo estadual de saúde na internet, para que haja acesso e transparência nas informações, dentre outras, dos recursos destinados aos municípios, nos moldes do Fundo Nacional de Saúde.
113	Ampliar o acesso ao tratamento do Transtorno do Espectro Autista e contratar novos profissionais.
114	Efetivar a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) com a inclusão no elenco do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) as fórmulas infantis para



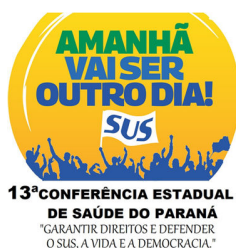
	crianças e lactentes com alergia à proteína do leite de vaca, intolerância à lactose e casos de impossibilidade do aleitamento materno, suplementos nutricionais para desnutrição grave e dietas enterais para substituir ou complementar a alimentação oral de pacientes acamados e debilitados. Para lactentes, pacientes em uso de sonda oral, pacientes em cuidados paliativos, com doenças neurológicas graves, as fórmulas são a sua ÚNICA fonte de alimento.
115	Prever em nível estadual e federal financiamento para redes da pessoa com deficiência (visual, motora, auditiva, intelectual/autismo).
116	Criação de lei que normatize as ouvidorias, prezando pela resolutividade, com a implantação no portal da transparência de uma aba digital da ouvidoria.
117	Garantir a ampliação de medicamentos de alto custo na lista do RENAME/REMUME.
118	Permitir transparência na fila da Central de Regulação, com indicação da classificação de prioridade.
119	Criar serviço residencial terapêutico de referência regional
120	Repactuação dos serviços de média e alta complexidade para garantir o atendimento integral aos usuários dos municípios de pequeno porte.
121	Propor a migração de recursos, das Emendas Parlamentares, para ampliação do financiamento regular do SUS.



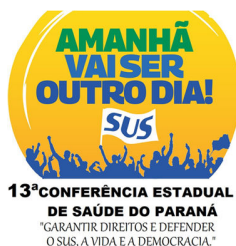
122	Estabelecimento de prazos fixos nos processos de auditoria e liberação de Procedimentos em AIHS e Procedimentos Ambulatoriais de alta complexidade, evitando constantes consultas e realização de novos exames para internação e atendimentos hospitalares cirúrgicos.
123	Retomar atividades coletivas de educação em saúde (tabagistas, hipertensos, diabéticos, gestantes, etc.), visando parcerias intersetoriais.
124	Possibilitar a máxima publicidade sobre a existência e importância do controle social nos conselhos locais e municipais de saúde, incluindo a existência de veículos de mídia.
125	Implementar política pública para criação de Lei Estadual que garanta vagas destinadas a inserção no mercado de trabalho de pessoas com espectro autista, oportunizando assim trabalho digno e igualdade social.
126	Implantar cursos de Educação Popular em Saúde e de Controle Social no SUS por meio da Escola de Saúde Pública do Paraná para desenvolver cidadania, maior conhecimento sobre o SUS, assim como deveres e direitos do cidadão e do controle social.
127	Garantir a participação dos conselheiros em conferências, fóruns, reuniões e outros espaços de interesse do Controle Social.
128	Que o Estado em parceria com os Municípios, desenvolvam projetos de capacitação para os profissionais que atuam na atenção primária.



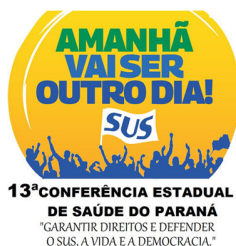
129	Capacitar os conselheiros a cada quadriênio, manter atualizados os cadastros no SIACS.
130	Gestores dos três níveis de governo promovam e estabeleçam condições para a participação da sociedade nas decisões das políticas públicas, com ampla divulgação para a população utilizando as repartições públicas e privadas como escolas, igrejas entre outras.
131	Fortalecer todas as portarias, principalmente da atenção primária para que com o apoio do Conselho Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, tenhamos mais vida, pois falar de saúde é falar de vida; fomentar em todas as esferas de governo o compromisso radical com o cuidado de pessoas com transtorno mental grave.
132	Aumento na qualificação dos profissionais para atender demanda focado em olhar multidisciplinar e multiprofissional na prevenção.
133	Destinar maiores recursos para custeio das ações do Conselho Municipal de Saúde.
134	Programa nível Estadual ou Federal que tenha como princípio trabalhar a rede multissetorial dos municípios e estados, envolvendo a educação, assistência social e saúde, para elaborar e discutir estratégias de atuação nos pontos desta rede.
135	População ter mais conhecimento sobre o Conselho de Saúde – mais divulgação das decisões.



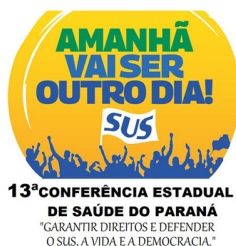
136	Fortalecer a fiscalização junto a comunidade na prática do controle social e participação social, pois são fundamentais no desenvolvimento do sistema único de saúde – SUS.
137	Prevenção e garantia para todos comprometimentos do usuário, acompanhamento de profissionais e conhecimentos e acompanhamento familiar.
138	Igualdade, direito, respeito e comprometimento, atendimento humanizado, conhecimentos, acesso a todos, o tratamento, democracia a todos. Atendimento, segurança, prevenção na fila de espera, prioridades nos casos de urgências, acolhidas, qualidade nos atendimentos, saneamento básico.
139	Maior valorização dos Conselhos, divulgação e esclarecimento através de campanhas em mídias sociais, do que é o controle social e qual o papel na sociedade, com o escopo de que a população seja incentivada para participação desses meios de Controle Social.
140	Ressignificar políticas de prevenção e promoção de saúde na atenção primária e valorização dos profissionais de saúde.
141	É direito de todos e dever do estado garantir mediante políticas sociais e econômicas a redução de risco à doença, o acesso a estes serviços têm relevância, como direito fundamental e implica também a outros direitos básicos, como, educação, saneamento, atividades voluntárias e segurança.
142	Ampliar o financiamento Estadual e Federal para a Atenção Primária à Saúde, Práticas Integrativas Complementares, Média e Alta Complexidade.



143	Ampliar em todos os níveis de controle social (CNS, CES e CMS) capacitação continuada de conselheiros (as), oportunizando a participação de todos os segmentos para que entendam a importância do controle social, aperfeiçoando a atuação e a participação direta da população no controle e elaboração de Políticas Públicas de Saúde.
144	Estimular e fortalecer a orientação junto a população quanto a utilização dos canais oficiais da Ouvidoria – 0 156 – para fins de solicitações, reclamações, elogios, sugestões, entre outras, com o intuito de promover a melhoria da saúde pública.
145	Aumentar o número de vagas para cirurgias de média e alta complexidade, dando mais agilidade na fila para cirurgias.
146	Aumentar os recursos financeiros para ampliação, reforma e construção de Unidades Básicas de Saúde.
147	Aumento no incentivo financeiro para recursos de média e alta complexidade de forma a viabilizar o acesso e garantir a continuidade do acompanhamento de usuários.
148	Promover ações/campanhas de fortalecimento do controle social no SUS, ofertando formação continuada aos membros dos conselhos de saúde e capacitações aos servidores públicos acerca da importância do controle social.
149	Criação de um aplicativo para a área da saúde, para consultar o Portal da Transparência da Saúde, resultados de exames, listas de espera de exames, cirurgias.



150	Fortalecer o trabalho em rede, buscando a articulação entre secretarias e entidades civis para promover o combate à fome e à pobreza.
151	Criação e implantação de uma equipe de auditoria para os serviços de saúde prestados ao município.
152	Equipe mínima própria da saúde para realização de licitação, prestação de contas e etc.
153	Tornar acessível o site da prefeitura incluindo uma aba exclusiva para a Saúde publicar as atas e cronogramas das reuniões do CMS incentivando a população para a participação do controle social.
154	Realizar parcerias que salvem vidas, movimentos sociais, associações de moradores para participar da política de saúde com o objetivo, metas de direitos e deveres.
155	Priorização das necessidades individuais de cada município em todas as áreas e a partir deste diagnóstico, e oferecer apoio financeiro e capacitações de acordo com a demanda.
156	Reivindicar que o Hospital Regional de Ivaiporã atenda todas as especialidades já pactuadas conforme a demanda dos 16 Municípios pertencente a 22a Regional de Saúde no PRI e haja funcionamento de 100% dos profissionais e leitos existentes.
157	Realizar capacitação para os conselheiros que serão eleitos na próxima gestão com início dentro dos primeiros 3 meses do mandato com apoio da SESA.

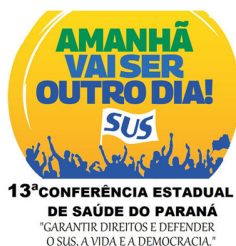


158	Solicitar ao Governo federal e Estadual a criação de programas intersetoriais de cuidado ao autista com cofinanciamento para manutenção do serviço.
159	Fortalecer as redes de atenção na linha de cuidado cardiovascular, pediátrica, neurologia, saúde mental e da pessoa com deficiência, trazendo para a macro norte esses atendimentos.
160	Atualização da lista RENAME (relação Nacional de Medicamentos Essenciais), orientar a população a respeito da lista RENAME.
161	Fortalecimento e incentivo financeiro e capacitação para os profissionais de saúde, para que sejam implantados os tratamentos alternativos como fitoterápicos.

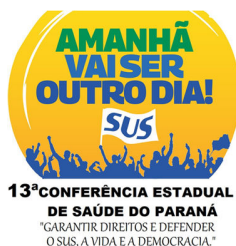
III – Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia.

153 Propostas Aprovadas

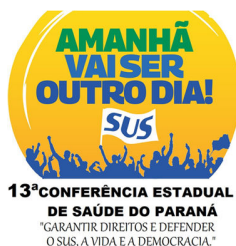
1	Programa Permanente em Saúde Animal — manejo populacional de cães e gatos com vacinação, desverminação, controle de ectoparasitas, controle populacional, fiscalização de maus-tratos e educação em guarda responsável.
---	---



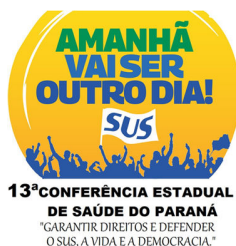
2	Difundir políticas e boas práticas em humanização em todos os níveis da atenção em saúde. Realizar campanhas educativas e de conscientização entre população e entre profissionais atuantes no SUS, evitando as violências profissionais, sobretudo a populações vulneráveis e minorias.
3	Aumentar o repasse do financiamento dos entes estadual e federal com comprometimento de valores e flexibilização dos recursos com a visão municipalista.
4	Aumentar a cobertura dos usuários do município através de concurso para ACS e ACE (Agente Comunitário de Saúde e Agente Comunitário de Endemias).
5	Adequação da unidade para classificação de risco e atendimento prioritário conforme preconizado em lei e divulgação em local visível para informação de todos os usuários.
6	Implementar a Política Nacional de Práticas Integrativas pela equipe Multiprofissional da Atenção Primária à Saúde.
7	Aumentar o financiamento estadual para os municípios no custeio de consultas e exames especializados.
8	Viabilizar a implantação de aplicativos (App), para acompanhamento de consultas, exames e procedimentos, prestando apoio financeiro e tecnológico aos municípios (aquisição de equipamentos e sistemas de informação - avanços tecnológicos), priorizando a realização de exames laboratoriais e de imagens no município de residência do usuário, ampliando o repasse de recursos, para maior eficácia



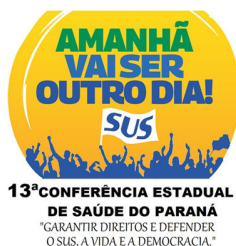
	na fila de regulação e mais transparência com a comunidade e usuário.
9	Garantir o vínculo dos trabalhadores efetivos concursados da Atenção Primária, Média e Alta Complexidade com o ingresso de trabalhadores nos serviços públicos de saúde, exclusivamente, por meio de concurso público, proibindo a contratação por meio da terceirização (contratação precarizada); ou seja, não à terceirização dos serviços de saúde, exceto os serviços complementares.
10	Revogar a Emenda Constitucional 95, aumentando o percentual do PIB para a saúde para 2,5%, taxar grandes fortunas, cobrar os grandes devedores da Previdência, criar um índice inflacionário específico para a saúde que melhor reflita a flutuação de preços do mercado de saúde a fim de garantir a correção do orçamento da saúde pública, cumprir o orçamento próprio da União para o SUS, manter ou ampliar a vinculação orçamentária de, no mínimo, 12% nos estados e 15% nos municípios para a saúde, garantir o financiamento solidário da judicialização dos medicamentos, insumos e serviços de alto custo por parte dos ente federal, de acordo com o tema 793 do STF e garantir o retorno ao município dos recursos ressarcidos pelo sistema de saúde suplementar (planos de saúde) ao SUS.
11	Implantar ambulatório e realizar atendimentos especializados de TEA (Transtorno do Espectro Autista).
12	Palestras Educativas nas unidades de saúde. Capacitação continuada dos médicos. Orientar a população para procurar



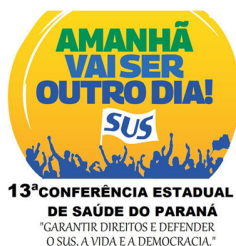
	seus exames nas unidades.
13	O gestor estadual instituiu política de incentivo financeiro aos prestadores de serviços SUS, emendas, projetos, planos e reajustar o valor do programa HOSPSUS e instituir a padronização do teto financeiro da AIH, de média complexidade e alta complexidade e pagamento direto da SESA para OPMES, dos prestadores do serviço SUS.
14	Ampliar o financiamento estadual para realização de cirurgias eletivas nas diversas especialidades, por meio de incentivos contratuais aos prestadores públicos e privados.
15	Ultrassom morfológico para as gestantes de risco habitual.
16	Promover um debate sobre a defesa de um Sistema Único de Saúde universal, 100% público, com equidade no acesso às ações e serviços de saúde, integralidade do cuidado e financiamento adequado e suficiente.
17	Maior contratação de médicos especialistas para minimizar a demanda dos usuários.
18	Fortalecer a regionalização, ampliando os incentivos financeiros ao consórcio intermunicipal de saúde, objetivando ampliar a oferta aos municípios de consultas e exames de atenção especializada.
19	Ampliação na liberação de vagas para consultas com especialidades.



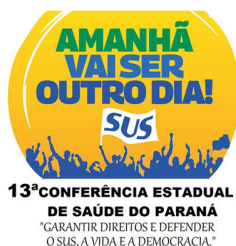
20	Revisão dos valores da tabela SUS (para procedimentos, consultas, exames).
21	Ampliar a lista de medicamentos contemplados pela RENAME. RESME. REREME e REMUNE, visando suprir a demanda do município, e orientar os prescritores do SUS quanto às normativas estabelecidas para prescrição de medicamentos conformes as Leis 5991/73, 9787/98 e Portaria 344/98 enfatizando que sejam esgotadas as opções dos medicamentos disponíveis nas linhas de cuidado só SUS (RENAME, REREME e REMUNE), seguindo a Denominação Comum Brasileira DCB. Devendo os casos em desacordo serem justificados corretamente pelo prescritor.
22	Adesão ao piso salarial de todas as categorias dos profissionais de saúde, EX: ACSs, ACEs, Enfermagem, etc.
23	Contratação de mais profissionais especialistas para melhor qualidade nos atendimentos aos usuários do CRE (CONSUD).
24	Aumento do incentivo financeiro para os municípios para investir na atenção básica.
25	Conscientização da população e governantes quanto ao paciente faltoso.
26	Fortalecer a comunicação e a articulação com os demais serviços da rede de proteção social Assistência Social e Educação, com objetivo de garantir o princípio da integralidade na atenção à saúde, com calendário pré-estabelecido para o trabalho em rede.



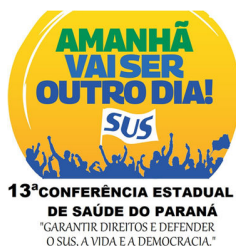
27	Garantir que o Programa Saúde Mental aos municípios de pequeno porte, através de Resolução Estadual sejam contemplados com abertura de um Centro Especializado, como o CAPS, para dar suporte no atendimento pós-internação para evitar a recaída e novamente necessitar outras internações.
28	Fortalecer e garantir recursos humanos suficientes, para operacionalização das ações das Vigilâncias Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador como importante forma de promover a redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de vigilância em saúde.
29	Intensificar o trabalho de prevenção em saúde a nível municipal e estadual, assim como a capacitação dos conselheiros de saúde dos municípios no âmbito municipal e estadual, fortalecendo assim os movimentos sociais a fim de combater os retrocessos dos programas sociais dos últimos anos.
30	Ampliar recursos financeiros para Transporte Sanitário.
31	Implementar plataforma para viabilizar atendimento remoto (telemedicina, telediagnóstico e tele-educação).
32	Viabilizar junto ao Estado o aumento de oferta de consultas especialidades médicas.
33	Manter/fortalecer as equipes multiprofissionais na atenção primária à saúde (APS), com o retorno de incentivos Estaduais/Federais; e com o fortalecimento de ações de Educação Continuada para os profissionais de saúde, visando a qualificação e conscientização dos mesmos, para que atuem



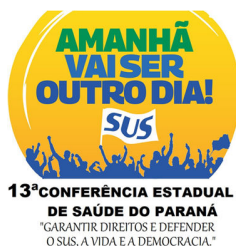
	junto à população no processo de fortalecimento do SUS, como política pública de direito.
34	Implantar um Centro Especialidade Odontológicas (CEO) que atenda a Regional de Saúde.
35	
36	Alterar a lei objetivando que os municípios de pequeno porte, menos de 15 mil habitantes possam receber recursos para implantação de assistência laboratorial, farmacêutica, UBS, saúde mental, oftalmologia, cardiologia, psiquiatria, psicologia e outros em acordo com a demanda local, e ainda melhoria do sistema de transporte por terra e por mar assim como equipamentos para os atendimentos com qualidade em ambientes estruturados, profissionais qualificados e valorizados e possibilidade de carreira no SUS. Garantir equipe multidisciplinar, médicos, enfermeiros, psicólogos, Assistente Social, e outras terapias complementares.
37	Garantir um programa permanente de educação aos profissionais de saúde com integração da rede; garantir acesso e transparência no fornecimento de informações à população sobre os serviços oferecidos pelo poder público; inserir e/ou ampliar as práticas do sus nos cursos de graduação da área de saúde com a ampliação da carga horária na grade curricular.



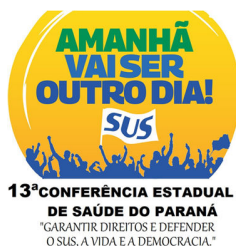
38	Garantir a execução de campanhas de educação e prevenção permanentes, baseadas na identificação das maiores vulnerabilidades em saúde em consonância com os direitos destas populações, monitorando a resolutividade das ações e garantia de acesso. Garantindo a participação dos profissionais, da sociedade civil e das populações vulneráveis no planejamento e avaliação dos serviços; exigir a transparência e critérios no repasse de financiamento, equipamentos, veículos e demais investimentos para os municípios, garantido a realização de Auditoria Cidadã em saúde. Fortalecer e ampliar a informação e comunicação sobre como o Sistema Único de Saúde é financiado e acabar com as Emendas Individuais Impositivas (orçamento secreto).
39	Viabilizar cursos de aperfeiçoamento/capacitação para os ACS e ACE; Cofinanciamento das ações de aperfeiçoamento/capacitação e fiscalização do piso salarial dos ACS e ACE.
40	Unidade itinerante de saúde para facilitar o acesso das comunidades onde não há ponto de apoio para atendimento; promover ações visando a inclusão dos usuários dentro da unidade de saúde; Ampliação na oferta do serviço de fisioterapia; Ampla divulgação de fluxograma de atendimento de todos os serviços e setores.



41	Ampliar ações intersetoriais, com objetivo de fortalecer a prevenção e promoção da saúde das crianças e adolescentes (ex. Saúde sexual e reprodutiva, prevenção do uso de álcool e drogas, promoção da cultura da paz, promoção da segurança alimentar e alimentação saudável, estímulo das práticas corporais e atividade física, saúde bucal, entre outras); Ampliar, qualificar e diversificar estratégias na rede de atenção à saúde para as pessoas com deficiência física, auditiva, intelectual, visual, estomia e múltiplas deficiências, mediante maior integração e articulação dos diferentes pontos de atenção à saúde e outros setores; Realizar ações junto aos serviços de saúde para o aprimoramento da identificação, registro e notificação compulsória dos agravos relacionados ao trabalho, incentivando o uso de novas tecnologias.
42	Implantar conselho de álcool e drogas; aumentar investimento para a contratação, através de concurso público, para profissionais de saúde; manter acesso a consultas e exames especializados.
43	Realizar pactuação com prestadores SUS de nível terciário, para realização de consultas e cirurgias com demanda reprimida para especialidades com baixo ou nenhum interesse dos serviços para atendimentos, entre essas; Ginecologia Cirúrgica, Urologia Hospitalar, Ortopedia Hospitalar, Genética, Coloproctologista, Gastroenterologista, Endocrinologista, Pneumologista, entre outros.
44	Reavaliar a distribuição de exames e consultas de alta e média complexidade utilizando do princípio da equidade e perfil de



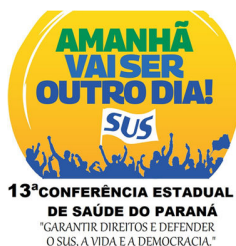
	cada município.
45	Pactuação Intermunicipal/Interestadual para atendimento de Urgência/Emergência; Serviço de Urgência/Emergência mais próximo da Comunidades Interior (SAMU).
46	Garantir a disponibilização de recursos das esferas federal e estadual para a construção de espaços físicos dos centros de atenção psicossociais e outros serviços substitutivos; pleitear junto às esferas estaduais e federais maiores repasse de incentivos financeiros para os municípios a fim de utilizar menor porcentagem dos recursos próprios; promover ampla discussão sobre a problemática da somatização (problemas de saúde gerados ou agravados por distúrbios emocionais), com seu impacto sobre a demanda de exames e de especialistas, criando ações específicas para a sua abordagem por equipes multidisciplinares.
47	Criação de incentivo financeiro Federal na APS para contratação de Equipe Multiprofissional, através de Ações Estratégicas, com o objetivo de atender a grande demanda de usuários crônicos da APS. Dentre os profissionais poderiam ser: Nutricionista, Fisioterapeuta, Psicólogo, Educador Físico, Farmacêutico Clínico, Assistente Social; Reajuste do financiamento Federal de incentivo e custeio, dos serviços que compõem a Rede de Atenção Psicossocial - RAPS, como: CAPS, CAPS II, CAPS i, CAPS III, UA, Serviço Residencial Terapêutico, Equipe de Consultório na Rua, Iniciativas de trabalho e geração de renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais, os quais não são reajustados desde 2011.



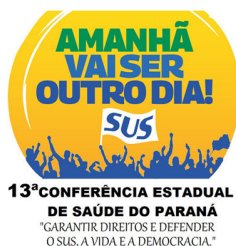
48	Considerando que o estado do Paraná possui Gestão Plena de Sistema e a alta demanda por consultas e exames especializados, viabilizar o aumento da quantidade ofertada no sistema CARE da SESA.
49	Criação ambulatorial da dor, englobando o atendimento da CID 30 MG 11 e a CIF com grau individual de capacitação e incapacitação de pessoas acometidas pela síndrome de fibromialgia, que é uma doença no sistema nervoso, e todas as doenças crônicas.
50	Implantar Políticas de prevenção efetivas em saúde: educação sexual – abuso sexual; planejamento familiar; alcoolismo, tabagismo; drogas no geral, otimizando estas ações junto das ações do Programa Saúde na escola-PSE, abrangendo outros profissionais trabalhando de maneira multidisciplinar.
51	Implementação do serviço de fisioterapia voltado para os bairros da zona rural; Criação de uma campanha de fortalecimento ao combate de violência e maus tratos ao idoso, deficiente e mulher.
52	Garantir o repasse dos recursos estaduais aos municípios para investimento em políticas de prevenção, promoção e acompanhamento da saúde, bem como aumento da destinação de mais recursos financeiros para os municípios investirem no aumento da disponibilização de medicamentos e exames, além de fomentar a contratação efetiva de profissionais de equipe multidisciplinar e incentivar a implementação nos municípios do inciso VI do artigo 4ª, da Lei 8142/1990 referente a criação da Comissão de Elaboração dos Planos de Carreira, Cargos e



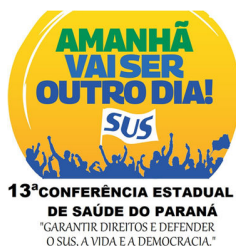
	Salários (PCCS) e planos estratégicos de ações à saúde do trabalhador.
53	Promover dentro das instituições de ensino, associações de moradores, instituições religiosas e associações de agricultores a sensibilização sobre a importância da discussão sobre a garantia dos direitos e deveres na defesa do SUS, a vida e democracia (em saúde) deve ser um vetor que alimente a formação humanista, seja na educação básica ou superior, onde as instituições precisam assumir um papel fundamental na informação, na busca de novos conhecimentos, novos saberes e levar ao conhecimento da comunidade acadêmica e população em geral, promovendo e incentivando a participação popular nas discussões de saúde.
54	Reavaliar o Plano Regionalizado Integrado, para referenciamento das especialidades de acordo com as demandas; que as indicações das emendas parlamentares não venham “carimbadas”, que sejam livres para a aplicação conforme necessidade do município; Fiscalização das demandas de exames e consultas especializadas via TFD, visando a diminuição do tempo de espera.
55	Implantação do Centro de Especialidade e Reabilitação a nível regional da 4ª Região de Saúde e não por número populacional.



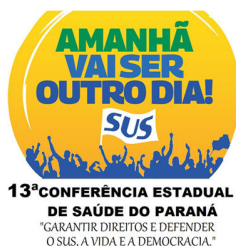
56	Implantar e ou financiar a construção de hospitais regionais de média e alta complexidade para atendimento infantil, oncologia, idoso, pessoa com deficiência e psiquiatria (com leitos masculinos, femininos, infantis e adolescentes); Ampliando o número de vagas regionais para atendimentos de especialidades como pediatria, neurologia, ginecologia, oftalmologia, ortopedia, cardiologia, pneumologia e outras, bem como para exames de alta complexidade, além de oferecer exames com sedação e genéticos.
57	Ampliar a cota de número de cirurgias oferecidas ao município.
58	Reformulação de políticas públicas sobre a saúde mental, incluindo trabalhadores de saúde.
59	Aumento da oferta de leitos nos hospitais (regionais); Efetivação de ações que visão a atenção primária (saneamento básico/dengue); Aumento de consultas especializadas, alinhamento administrativos entre legislação e a oferta de serviços públicos; Campanhas sobre os métodos contraceptivos, planejamento familiar; Formação continuada dos servidores.
60	Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde visando a possibilidade para a pactuação em Gestão Plena.
61	Construção ou adequação de um espaço para realização de trabalhos de reabilitação multiprofissional sendo destinado tanto para trabalhos em grupo como para atendimentos individuais de fisioterapia e reabilitação.



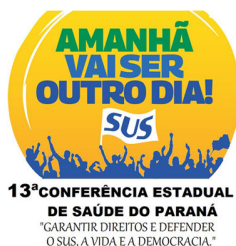
62	Que o estado disponibilize uma contra referência ao município dos pacientes encaminhados, para que o município possa fazer o acompanhamento junto ao prestador, com acesso às informações de data e horário dos procedimentos e cirurgias eletivas agendados.
63	Intensificação da Campanha de prevenção ao suicídio e uso de álcool e drogas. -Capacitação para os Conselheiros Municipais. - Reestruturação do fluxo de serviços para verificação de óbitos.
64	Necessidade de rever valores para os profissionais de saúde, os mesmos serem baixos e disponibilizar mais recursos para a realização de exames mais complexos e profissionais especializados.
65	Disponibilizar incentivo financeiro estadual para auxiliar os municípios na contratação de profissionais ginecologistas e pediatras para atuarem na atenção primária à saúde.
66	Disponibilizar sistema de informação onde os usuários consigam acompanhar em tempo real e com transparência a oferta de serviços dentro da gestão de recursos que o município através de convênios SUS dispõe em consonância com a política nacional de informações e informática em saúde – PNIIS – conforme portaria nº1.768 de 30 de julho de 2021; proporcionando ao usuário participação, promoção e empoderamento de seus direitos no acesso aos serviços.



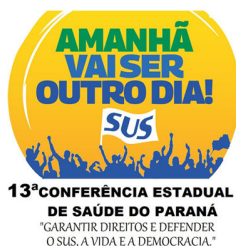
67	Promover a articulação permanente com as equipes do SUAS e de mais necessárias por meio de reuniões periódicas, objetivando colocar em prática o princípio de equidade, que respeita às necessidades dos usuários do SUS e que olha integralmente para as pessoas em situações de vulnerabilidade social; Reestruturar as equipes multiprofissionais do SUS, para que ocorra o retorno das ações coletivas de prevenção e orientação em saúde com ênfase na infância e adolescência a fim de evitar o sofrimento psíquico e adoecimento, físico na vida adulta e na terceira idade.
68	Ampliação e qualificação da rede de Atenção aos usuários de Álcool e drogas, buscando melhorar a assistência aos pacientes já acometidos.
69	Execução da obra de ampliação do Hospital Regional do Sudoeste, contemplando área para implantação de UTIs Pediátricas, serviços de hemodinâmica e banco de leite.
70	Discutir financiamento nas esferas Federal e Estadual quanto aos financiamentos dos programas dos CAPS I, SAMU, APAE, Atenção à Saúde. Discussão com gestores municipais, juntamente com parlamentos e SESA.
71	Liberar mais verbas para qualificação dos profissionais de saúde ; Recursos para criar Clínica para atendimentos aos pacientes com autismo.
72	Aumentar a quantidade de atendimentos ofertados para o município na especialidade de Neurologia Pediátrica; Levar para discussão em CIB a questão de possibilidade de criação



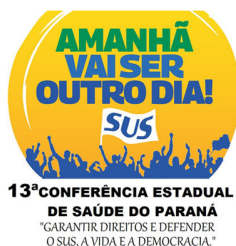
	de mais leitos no HRS - Hospital Regional do Sudoeste e SAMU.
73	Ampliar as vagas em unidade de acolhimento adulto regionalizado juntamente com criação de um serviço de pequeno porte para atendimento psicossocial para pessoas com sofrimento psíquico em municípios de pequeno porte que não comporta o CAPS pelo SUS.
74	Ampliar as ações em saúde mental, disponibilizando recursos humanos e materiais adequados, articulando com as equipes ESF; Garantir de forma ampla o atendimento a ser prestado em saúde mental.
75	Criar políticas públicas de saúde voltadas para a região de fronteira referente ao custeio do atendimento de brasileiros e estrangeiros pela SESA-PR.
76	Desburocratização para implantação do CAPS - centro de apoio psicossocial.
77	Garantia do Governo Federal na constância do repasse de 7% dos recursos vinculados à saúde, ampliando e qualificando os financiamentos para campanhas de cirurgia eletivas, fortalecimento dos hospitais microrregionais e o retorno do incentivo para o Programa Saúde na Hora.
78	Implantação de programa voltado à saúde mental da criança e adolescente em parceria com a Secretaria de Educação.
79	Realizar estudo do processo de trabalho de prestação de serviços hospitalares municipais, bem como do serviço de



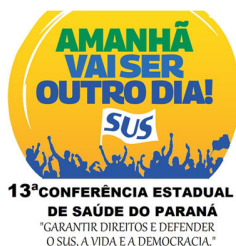
	Urgência e Emergência.
80	Ampliar o investimento estadual nos programas do SUS em cumprimento da meta financeira estadual.
81	Desenvolver um programa de fiscalização avançada em relação a aplicação das verbas destinadas à saúde pública, visando uma correta gestão dos recursos e a garantia de um bom atendimento a todos os usuários do SUS, visto que a corrupção assola o país e traz reflexos negativos ao longo dos anos, podendo acarretar danos irreparáveis ao cidadão que necessita de atendimento.
82	Criar políticas que diminuam as barreiras de acesso da população aos serviços de saúde e protocolos específicos.
83	Disponibilizar serviço ginecológico especializado em saúde da mulher, que atenda a demanda do município.
84	Alocação de recursos do estado para o município para aplicação dos atendimentos para as sequelas pós COVID.
85	Levantar as maiores demandas de especialidades, garantindo o quadro de profissionais conforme as prioridades elencadas dentro do município. Fortalecer o apoio ao programa de saúde da família com implantação de equipes multidisciplinares do NASF garantindo uma equipe por distrito sanitário.
86	Ampliar e implementar o Programa Saúde na Escola (PSE), conforme lei federal e portarias dos Ministérios da Saúde e da Educação; Implantar e fortalecer no município o Programa



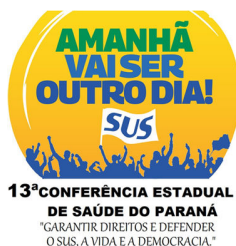
	Nacional de Segurança do Paciente.
87	Promover grupo terapêutico voltado para a saúde da pessoa idosa, como sugestão ter um educador físico dentro da saúde para atividades em educação e saúde preventiva; promover educação e conscientização dos cuidadores de idoso, através de campanhas, atendimento domiciliar da equipe, grupos terapêuticos da equipe multiprofissional.
88	Intensificar o envolvimento da rede de proteção social, na realização das campanhas de prevenção e conscientização, realizadas ao longo do ano, conforme calendário pré-estabelecido; Ampliar as Redes de Atenção à Saúde, com a intersetorialidade, com os movimentos sociais, Pastoral da Saúde, Pastoral da Criança e movimentos comunitários, que, juntos, possam servir para um mesmo propósito e compromisso social, com foco na resolução de questões da comunidade e do território, visando a integralidade do cuidado.
89	Garantir recursos financeiros permanentes e capacitação continuada aos Conselhos Municipais de Saúde; solicitar que a SESA dê autonomia aos municípios para estabelecerem a descrição dos equipamentos listados na Resolução 773/2019 e alterações, possibilitando a aquisição de equipamentos que atendam às necessidades específicas de cada município e também dos recursos para obras e veículos destinados aos municípios.
90	Formação de grupo de apoio para usuários de álcool e outras drogas após desinternação, por meio de repasse dos governos (municipal, estadual e federal).



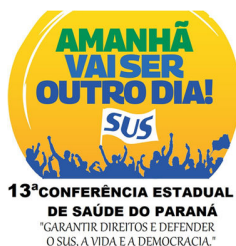
91	Garantir através de contratualização na macroregião, leitos com Clínicas e Hospitais e que a Regulação de Leitos seja de forma regionalizada, nos tratamentos psiquiátricos em geral, especialmente para pessoa em uso abusivo de álcool e outras drogas, visando a desintoxicação, habilitação e reabilitação, considerando a importância do fortalecimento de vínculo familiares e comunitários.
92	Aumentar o número de repasses financeiros para os municípios, principalmente para custear a Atenção Secundária e Terciária, consequentemente aumentando o número de consultas e exames especializados no município.
93	Implantação de residência terapêutica e convênio para clínica para tratamento de pacientes com dependência química e drogas.
94	Aplicação de recursos estaduais e federais que garantam a prevenção de acidentes de trabalho prevenindo doenças ocupacionais decorrentes do trabalho.
95	Reestruturar ofertas de leitos e tratamento em saúde mental em municípios de pequeno porte.
96	Que o estado possa credenciar os exames de imagem de alta complexidade, dentro da macrorregião.
97	Recursos financeiros para equipe multidisciplinar especializada para com necessidades especiais como: TEA TDH e TOD.
98	Fortalecer as pactuações estadual a fim de assegurar acesso da população às ações e seguros de saúde e adequar o



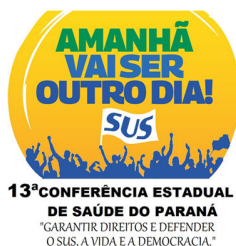
	financiamento e consolidação dos direitos sociais.
99	Recursos financeiros para formar equipes de Saúde Mental e atuação na Atenção Básica.
100	Fortalecer e dar continuidade no Projeto de realização de prótese dentária.
101	Aumentar e garantir o fornecimento de medicamentos controlados nas farmácias municipais.
102	Buscar recursos para agilizar as demandas municipais, pleiteando com o consórcio e governo estadual, para diminuir o tempo de espera para as consultas, exames e cirurgias.
103	Apoio financeiro referente ao aumento de oferta das especialidades conforme necessidade dos municípios.
104	Investimento financeiro para subsidiar projetos específicos de prevenção na área da saúde.
105	Garantir custeio do consórcio entre o governo federal, estadual e municipal em 33% cada ente federado; Criação de grupo com repasse financeiro estadual/federal para atendimento a família de usuário de drogas e alcoolismo
106	Garantir a aplicação da lei 11189/1995 em relação a criação de leitos de saúde mental nos hospitais gerais; Pactuação regional e ou macrorregional de referência hospitalar para acolhimento do Binômio (mãe x bebê) em casos de cardiopatia e outras más formações; garantir o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial por meio de capacitações dos profissionais e aumento de recursos humanos, permitindo ampliar o leque de



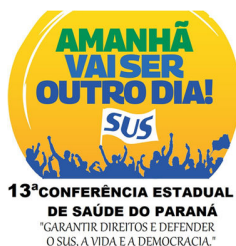
	ações oferecidas na Atenção Primária e Secundária.
107	Aumentar o repasse de valores de fundo Estadual e Federal.
108	Fortalecer os serviços médico-hospitalares em oftalmologia dentro da Macro, com a contratualização de novos prestadores para preencher os vazios assistenciais, através da discussão no espaço da CIR — Comissão Intergestores Regional.
109	Implantar um programa de promoção e prevenção em saúde do homem, ampliando os horários de atendimento médico na Unidade Básica de Saúde para homens trabalhadores.
110	Ampliar o número de leitos clínicos e de cirurgias, com contratualização de exames pré-operatórios e acompanhamento pré-operatório necessários.
111	Regionalização do atendimento ao paciente com Síndrome Pós Poliomielite; Revisão e ampliação do teto financeiro do Programa QUALICIS (Qualificação do Consórcio Intermunicipal de Saúde); Garantir e financiar o atendimento multiprofissional e de estimulação (fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicopedagogia, fisioterapia e outros) com Síndrome de Down e outras deficiências, mesmo não matriculadas na escola da APAE (desvinculação do atendimento em saúde do atendimento educacional).
112	Promover a implementação de ações para garantia da equidade, através da qualificação de acesso dos usuários aos sistemas de Atenção em Saúde de média e alta Complexidade.



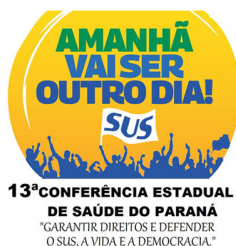
113	Implementar, fortalecer e incorporar a saúde digital como estratégia para ampliar o acesso ao SUS com garantia de financiamento Estadual e Federal.
114	Manter, fortalecer e aumentar as equipes multiprofissionais na atenção primária à saúde (APS), com o incentivo estadual.
115	Prover mais investimentos do Estado no custeio da assistência farmacêutica.
116	Criar um sistema estadual unificado com todo o histórico dos pacientes como exames, consultas em consórcios intermunicipais de saúde, cirurgias realizadas e eletivas entre outras; mantendo assim um cuidado integral em todas as esferas.
117	Valorização dos profissionais de Saúde com plano de cargos e carreiras e que seja revista a decisão do STF que barrou o piso nacional para os profissionais de enfermagem.
118	Aumentar o investimento na Capacitação dos profissionais da rede básica de saúde com contratação de servidores concursados para primeiro atendimento nas unidades básicas de saúde.
119	Aumento de valores destinados ao município verbas municipais, estaduais e federais.
120	Realizar credenciamento com hospitais para realização de cirurgias por vídeo e laser.
121	Aquisição de equipamentos para atendimento de urgência e emergência através de planos de aplicação e emendas



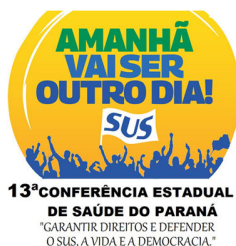
	parlamentares.
122	Melhorar o sistema de informação em saúde, de forma unificada: nível nacional, regional e municipal, na busca de melhor qualidade de vida aos usuários.
123	Implantação da "Casa da Gestante".
124	Ampliar a oferta de serviço de alta complexidade, através da maximização dos recursos para o melhoramento do acesso aos usuários.
125	Contratação de dentista para atuar na Regional de Saúde.
126	Serviços de Atendimentos secundários mais próximos do município.
127	Fomentar as ações de saúde mental com foco nos trabalhadores de saúde e demais servidores públicos como professores e administradores.
128	Realizar campanhas de prevenção de drogas lícitas e ilícitas a crianças do 6º ao 9º ano da rede escolar; Criação de Comitê de Investigação de Morte em decorrência de suicídio bem como de indicadores epidemiológicos em Saúde Mental.
129	Cofinanciamento do Estado para trabalhar com Grupos Educativos e ampliar/fortalecer recursos financeiros do Estado para hospitais de pequeno porte; Maior divulgação e orientação para a população sobre a existência da Ouvidoria do SUS, divulgar através de redes sociais, utilizar a TV do Centro de



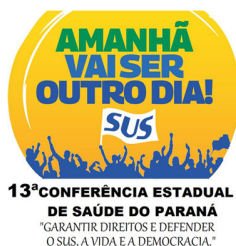
	Saúde, rádio comunitária e panfletos pelos ACSs.
130	Viabilizar a construção de um Hospital Regional em Guairá, com agência transfusional, hemodiálise e Unidade de Tratamento Intensivo – UTI.
131	Disponibilizar mais atendimentos para especialidades de média e alta complexidade como, vascular, cardiologia, ortopedia, neuropediatria, oftalmologia e outros; agilidade em relação a aparelhos auditivos.
132	Viabilizar recursos e pessoas para pesquisas com a finalidade de evidenciar sequelas de doenças que estão em evidência e que ainda tem muitas informações desconhecidas.
133	Buscar junto ao Estado do Paraná recursos financeiros de incentivo aos municípios fronteiriços para atendimento da população flutuante.
134	Linhas de financiamento/produção de material para campanhas de prevenção a violência, com informações para denúncia garantindo o sigilo do denunciante.
135	Investir em ações que promovam ampliação de financiamento do SUS, com aumento de repasse de verbas Estadual e Federal, visto que o município realiza as ações de atendimento à população.
136	Consórcio com outros municípios da 20ª regional de saúde, para a implantação de CAPS Regional para atendimentos em Saúde Mental.



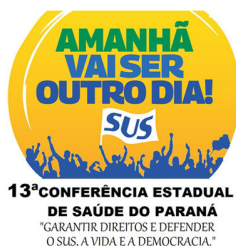
137	Ampliar a disponibilização orçamentária para aporte financeiro aos municípios, reajustando os recursos financeiros destinados a procedimentos de internamento hospitalar e exames e aumentar o teto financeiro do boletim de produção ambulatorial.
138	Transformar a Unidade de Coleta e Transfusão - UCT em Núcleo de Hemoterapia.
139	Buscar estratégia para revogação da PEC 241, que congela por 20 anos os gastos com Saúde.
140	Desencadear ações de forma tripartite para a manutenção e ampliação dos Programas de Saúde com garantia de financiamento, com destaque às áreas de vulnerabilidade social e sanitária; Disponibilização e aumento de recursos para compra de medicamentos.
141	Criar fluxos de encaminhamento de serviço e maior transparência nesses fluxos independente da influência político partidária; Maior divulgação do papel do conselho de saúde e divulgação das datas de reuniões, para uma maior participação da comunidade; fortalecer o programa de órtese e prótese em nível estadual e municipal; incluir aditivo nos contratos dos laboratórios credenciados para coleta de exames laboratoriais para pacientes acamados.
142	Transparência no sistema da central de regulação (hospitalar e atenção especializada); modernizar hospitais estaduais para atendimento de especialidades.



143	Capacitação para todos os trabalhadores de saúde sobre Prontuário Eletrônico e também sobre violências entre outros agravos, para melhor acolhimento e acompanhamento e encaminhamento dos usuários; Organizar os grupos de atendimento sobre prevenção e promoção de saúde para saúde mental, idoso e etc. para acompanhamento por equipe multiprofissional para atendimento integral do paciente com o apoio da gestão e demais autoridades; Apoio da gestão para implementação do Planifica SUS com coordenador de equipe; Ampliar recursos para o consórcio (atendimento especializado).
144	Credenciamento de mais prestadores para a realização de exames de alta complexidade como ressonâncias e tomografias, assim como exames de cunho preventivos como mamografias.
145	Garantir efetivação do funcionamento do Hospital Regional de Ivaiporã de acordo com as necessidades dos municípios.
146	Criar um Ambulatório Hospitalar ou uma referência estadual de apoio ao diagnóstico, manejo e tratamento de pacientes com tuberculose.
147	Criar uma rede de apoio e cuidado, promovendo gestão de trabalho e garantindo o bem-estar dos trabalhadores de saúde.



148	Articular com o estado através dos documentos já protocolados junto a Secretaria Estadual de Saúde, para que o Hospital Regional de Ivaiporã atende às demandas descritas no PRI - Plano de regional Integrado da Região, contemplando as demandas de cirurgias dos municípios; Solicitar ao estado a ampliação da contratualização de consultas e exames de especialidade considerando a necessidade da região; Solicitar ao estado a criação de um cofinanciamento para UPA usando como base os parâmetros do Governo Federal, e solicitar cofinanciamento das ambulâncias básicas para o SAMU e solicitar ao Ministério da Saúde a Renovação da frota a cada 3 anos e a construção da base descentralizada do SAMU.
149	Fortalecimento dos HPP (Hospital de Pequeno Porte) na reorganização dos valores vinculados a esses serviços e financiamento para os serviços de qualidade; Fortalecimento, implantação e implementação das linhas de cuidado na APS, através de apoio financeiro, técnico e administrativo.
150	Implantar a RAPS (rede de atenção psicossocial) regional de saúde em especial aos municípios de pequeno porte com instalação de todos os pontos de atenção (CAPS1, CAPS-AD, CAPS3, CAPS-IJ) com financiamento e apoio técnico do estado na implantação dos serviços da rede de saúde mental.
151	Direcionar recursos estaduais com base nas necessidades individuais de cada município, região e macrorregião.
152	Resolução do problema das águas nas comunidades com foco principal nas UBS, com laboratório Estadual para análise de agrotóxicos nas águas.

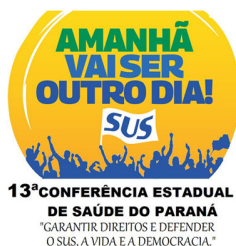


153	Reorganização do trabalho em rede entre os profissionais de todas as áreas da saúde, desde aponta até o serviço especializado fornecendo treinamento e tecnologias necessárias com agilidade e com adequação salarial, agregando reformulação da atenção básica no SUS e fortalecimento da Vigilância em Saúde; Criar um programa de conscientização/informatização/ transparência, educação sobre a empatia voltado para jovens em idade escolar sobre direitos e deveres para a construção de uma sociedade mais justa e consciente sobre o SUS.
-----	--

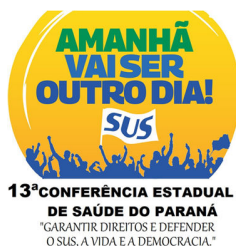
IV – Amanhã será outro dia para todos, todas e todes.

125 Propostas Aprovadas

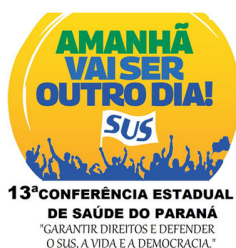
1	Criação e/ou habilitação de Residência Terapêutica, com atendimento à demanda existente.
2	Fomentar a participação social municipal junto ao Estado para implantação e ampliação dos serviços que subsidiam a saúde mental infantojuvenil e adulto, o atendimento de emergência e urgência infantil, o atendimento odontológico 24 horas, e o controle de zoonoses.
3	Reativar e readequar a sala de Partos, para atender os partos de risco habitual (ambulatório materno/infantil) Hospital Regionais de municípios de pequeno porte. Assim como reativar e readequar o Centro cirúrgico para a realização de



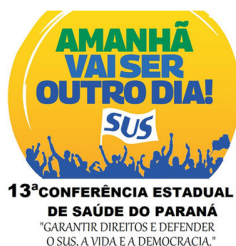
	pequenos procedimentos cirúrgicos, com equipe capacitada no Hospital Regional de Guaraqueçaba, e municípios de pequeno porte.
4	Capacitar todos os profissionais da Rede de Saúde, para acolhimento e atendimento humanizado, com foco em todas as diversidades, para uma saúde inclusiva e de qualidade, tanto na forma presencial quanto EAD.
5	Criar espaços junto às regionais, com Linha de Cuidado, com a contratação de novos profissionais voltado para o diagnóstico, tratamento, capacitação, atendimento para os pacientes TEA, bem como realizar incentivo financeiros para a realização das ações propostas, bem como garantir do Estado recursos Financeiros para custeio de ações, para atendimento de Usuários com Transtornos globais do desenvolvimento (CID F84) – TEA, TDH, TOD, entre outros, para apoio dos Municípios.
6	Criar uma equipe volante de saúde para atender a população de rua, privada de liberdade, albergados e de moradores de locais de difícil acesso com parcerias intersetoriais.
7	Implementar políticas de comunicação e educação efetiva visando a sensibilização de profissionais e população sobre o combate ao preconceito e estigmatização da população LGBTQIA+, garantindo o acesso dessa população às políticas e serviços de saúde.
8	Convênio com centros universitários para os alunos e pós-graduandos atuarem no município, em especial os programas



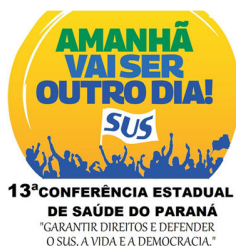
	de residência médica e multiprofissional.
9	Implementar o Inciso VI do Artigo 4o, da Lei nº 8.142/1990, no que se refere à criação da Comissão de Elaboração dos Planos de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), garantindo o provimento dos cargos em vacância e a efetivação de concurso público, além da promoção de planos estratégicos de ações preventivas no combate a doenças e educação continuada dos trabalhadores, com a inclusão da saúde do trabalhador nas linhas de atenção ao processo de trabalho, a atenção à saúde mental e psicossocial dos trabalhadores da saúde.
10	Que o Governo do Estado, implemente Políticas Públicas de Saúde, Saneamento Básico, Agricultura e Segurança, voltadas para a população da área rural, bem como, realize o incentivo, tanto técnico como financeiro para os pequenos produtores e agricultura familiar, intensificando a fiscalização e controle de agrotóxicos na agricultura, ofensivos a vida", com responsabilização dos agentes causadores - civil, penal e financeiro, pois todas as consequências desencadeiam em saúde pública.
11	Criar uma política pública federal de financiamento para habilitação e custeio de Laboratórios Municipais de Análises Clínicas. Nova política visando o fomento, financiamento, articulação para valorização de Laboratórios Municipais de Assistência Médica Laboratorial em forma cooperativa e complementar em estrutura similar a Rede Nacional de Laboratórios em Saúde Pública.



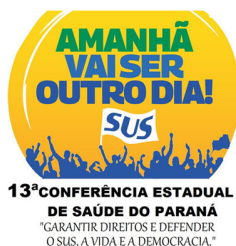
12	Consolidação e ampliação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com financiamento adequado, implantação de consultório de rua, centros de convivência, unidades de acolhimento, CAPS (em todos os níveis), demais pontos de atenção, com equipes completas e capacitadas, estabelecimento de fluxo e de porta de entrada, principalmente nas urgências e emergências em saúde mental e realizar qualificação permanente em saúde mental para todos os níveis de assistência e para o controle social, a fim de viabilizar a Reforma Psiquiátrica.
13	Aprimorar o sistema de financiamentos e repasses conforme demanda, complexidade e necessidade de cada município.
14	Ampliar o repasse financeiro Estadual e Federal para a assistência farmacêutica, Atenção Primária em Saúde, média e alta complexidade, com equipe multiprofissional adequada, possibilitando também, a melhora na qualidade dos atendimentos a toda a população.
15	Destacar a necessidade da elaboração de um planejamento regional integrado na Macro Leste para otimização das ações de Saúde na 2ª Regional.
16	Concretização do CER (Centro Especializado em Reabilitação modalidade IV) que está aprovado no Plano da Pessoa com Deficiência, bem como o fortalecimento dos profissionais de rede, através de capacitação / tele consultas com especialistas nas diversas áreas de abrangendo Autismo e TDH.



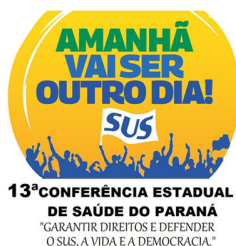
17	Desenvolver campanhas informativas dos mais variados temas em saúde, para o conhecimento da população.
18	Ampliar o repasse financeiro do governo do estado, para o aumento de cirurgias eletivas, reestruturação de unidades de saúde, aumento de leitos hospitalares, contratação de equipe para atendimento, atendimento na atenção especializada com foco nas linhas de cuidados, aumento dos atendimentos em saúde bucal, melhoramento do investimento na assistência farmacêutica e investimento na alta complexidade, com aumento de leitos hospitalares.
19	Aprimorar os sistemas de informação de saúde de todos os níveis de governo, para que os dados de saúde sejam integrados, apresentados e monitorados em tempo hábil para tomada de decisão.
20	Retomada das diretrizes da reforma psiquiátrica conforme lei 10.216/2001, onde o usuário acometido de transtorno mental deve ser tratado, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.
21	Garantir que as práticas integrativas e complementares em saúde estejam no organograma da SESA, com um departamento de PICS, com equipe técnica e dotação orçamentária, assegurando também o financiamento para contratação, formação, assistência, monitoramento e qualificação em PICS, em acordo com a PEPIC e PEPIC do Paraná.
22	Pactuação interestadual com o Hospital de Mafra.



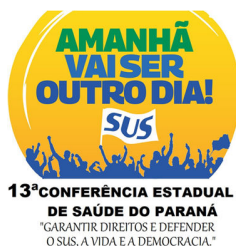
23	Garantir a educação e formação continuada por meio da Escola Estadual de Saúde Pública do Paraná aos profissionais, que atuam na Secretaria da Saúde.
24	Adesão ao Curso de Formação de ACS e ACE junto ao Ministério da Saúde.
25	Aumento dos recursos destinados à média complexidade e consórcios de saúde como recursos do SICONV com a liberação de recursos para aquisição de bens permanentes e equipamentos bem como a ampliação da variedade do rol de equipamentos para renovação do escopo tecnológico dispensável proporcionando qualificação dos atendimentos, bem como a fiscalização junto aos consórcios.
26	Fomentar a discussão a fim de viabilizar a regulamentação da jornada de trabalho de 30 horas semanais para os profissionais de saúde, sem redução salarial.
27	Criação e instituição dos protocolos de regulação das especialidades (consultas, exames e cirurgias eletivas) ofertados pelo estado, de forma transparente e com acesso à consulta pública.
28	Em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde e outros órgãos competentes viabilizar cursos de forma gratuita para atendimento na função de cuidador de idosos.
29	Consolidar abertura por completo do Hospital Regional, aumentando as especialidades, priorizando atendimento em Saúde Mental, a fim de diminuir os encaminhamentos para outros municípios.



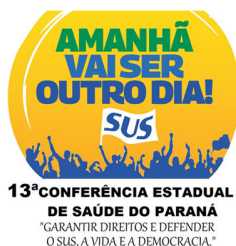
30	Definir fluxos de regulação em Transporte Sanitário.
31	Implantação do centro regional para pessoas com deficiência, com terapeuta ocupacional, fonoterapeuta, psicoterapeuta, nutricionista para crianças com seletividade alimentar, natação, equoterapia. Serviço oferecido tanto para crianças quanto para pais.
32	Financiamento adequado do estado e da união para custeio de despesas com profissionais habilitados e medicamentos para tratamento e acompanhamento de pessoas com TEA/ AUTISMO e TDAH.
33	Ampliação de equipe multiprofissional para acompanhamento dos pacientes no período pós internamento e acompanhamento e aconselhamento das famílias.
34	Implementação da rede de atenção à saúde mental e atualização da linha de cuidados, incentivo estadual para serviços de saúde mental e capacitação das equipes. Abrangendo todas as patologias de saúde mental.
35	Revisão dos valores dos incentivos financeiro estadual na área hospitalar sendo eles: Incentivo de qualificação ao parto, rede de urgência e emergência, HOSPSUS e outros.
36	Solicitar a implantação da UTI pediátrica junto ao Hospital Regional do Sudoeste – HRSWAP.



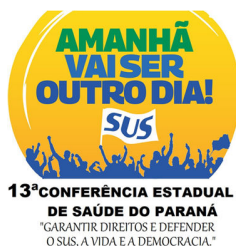
37	Criar ações inclusivas voltadas para a cultura, a educação, o lazer, que venham de encontro com a saúde e demais setores que guarnecem a vida, contemplando a diversidade de condição humana, das relações interpessoais, situações discriminatórias, preconceituosas, excludentes a qualquer pessoa está exposta na vida social, devendo ser pautado no respeito na diversidade individual.
38	Abertura de leito de UTI Pediátrica na 8ª Regional de Saúde.
39	Aumentar o número de consultas para especialidades (otorrinolaringologista, reumatologista, pediatria, geriatria e neuropediatria) ofertadas aos municípios. Criar cartão digital do SUS, incluindo dados como RG, CPF, tipagem sanguínea, tipo de alergia a medicamentos.
40	Garantir leitos psiquiátricos em hospital geral conforme portaria. Nº 148 de 31 de janeiro de 2012.
41	Que o estado do Paraná atualize as Resoluções referentes a Equipamentos e Veículos, quanto aos itens e valores; ou faça doação dos mesmos, através de licitações do Estado.
42	Pleitear maior número de médicos no Programa Mais Médicos para municípios de fronteira.
43	Disponibilizar na Região serviços SUS com profissionais capacitados para a realização de cateterismo e diálise peritoneal e urologia para atendimento dos municípios.



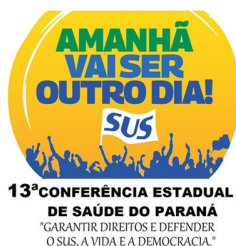
44	Pleitear recurso junto ao Estado e Ministério da Saúde para aquisição de um Micro-ônibus Executivo para transporte dos usuários em consultas especializadas fora do município.
45	Maior atenção aos pacientes oncológicos prestando atendimento humanizado através da implementação de uma política nacional de cuidados paliativos como componente de cuidados paliativos como componente de cuidado em saúde na atenção primária através da ESF, com garantia de funcionamento pelo governo estadual e federal.
46	Disponibilizar sensor de monitoramento contínuo de glicose para crianças e adolescentes, diagnosticados com diabetes e insulino dependentes, implantado como política de saúde municipal e estadual.
47	Regionalização e/ou federalização do hospital municipal Padre Germano Lauck com cofinanciamento estadual e federal com previsão de ampliação do número de leitos hospitalares e atendimentos e readequação e habilitação da estrutura da unidade psiquiátrica HMPGL, baseada na portaria e RDC 50/2002 e portaria no 3.588, de 21 de dezembro de 2017.
48	Ampliação e equidade no número de vagas para Tratamento Fora do Domicílio (TFD), devido ao grande número de pacientes em lista de espera do Estado, falta de algumas especialidades, ocasionando na saúde do paciente.
49	Criação de uma estratégia que permita a integração da rede de atenção em saúde (RAS) permitindo o acesso a todos os profissionais e acompanhamento do usuário durante todo o



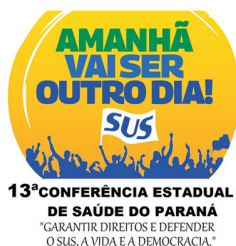
	acesso aos pontos da rede, através dos sistemas de informação e contra referência.
50	Que os entes federativos Estado e União, realizem aporte financeiro, para construção de um Hospital Regional no Município de Cascavel e/ou ampliar em 50% os leitos SUS em Hospitais Públicos no Município, bem como realize a contratualização de mais leitos junto aos hospitais privados na Microrregião de Cascavel, para suprir a demanda existente em todas as especialidades, garantindo a ampliação dos exames necessários conforme a demanda existente.
51	Implantação de programa estratégico visando a prevenção da obesidade infantil.
52	Realizar programas de adequação dos hospitais de pequeno porte na região oeste do Paraná.
53	Melhorar a acessibilidade dos pacientes na confecção de próteses totais e parciais, realizando moldagens no município, tirando assim a necessidade dos pacientes de se deslocar para a regional para a realização da prótese, assim também, iremos agilizar e diminuir as filas para PT A PPR.
54	Fortalecimento de pontos e redes de atenção à saúde, para as pessoas em vulnerabilidade, (em situação de risco à sua vida) moradores de rua, vítimas de todos os tipos de violência, pessoas em surto psicóticos e outros).



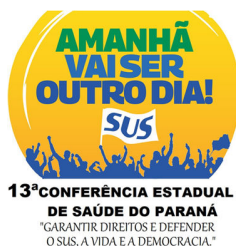
55	Solicitar subsídio por parte do Estado, para especialidades e procedimentos de alta complexidade, via CISA, disponibilizando exames e consultas diretamente pagas ao consórcio intermunicipal de saúde.
56	Disponibilizar portal de transparência facilitado de todos os recursos estaduais com periodicidade mensal.
57	Criação de um aplicativo para comunicação entre usuários profissionais de saúde, abrangendo informações ou tele consultas; bem como criar um prontuário eletrônico unificado para o acesso a informação dos pacientes, sendo ele onde estiver sendo atendido.
58	Humanizar o atendimento em saúde, garantindo acesso de qualidade e sem qualquer tipo de preconceito para com o paciente, dando-lhe todas as formas e meios existentes para seu tratamento e/ou acompanhamento.
59	Implantar o projeto de fisioterapia que utiliza os medicamentos cujos constituintes ativos são plantas ou derivados vegetais, e que tem a sua origem no conhecimento e no uso popular.
60	Promoção e prevenção da saúde com atividades voltadas ao autocuidado, práticas de exercícios físicos, boa alimentação, criar hábitos saudáveis e prazerosos.
61	Reorganização do fluxo do SAMU, com criação de novos postos para melhorar a logística e qualidade nos atendimentos de urgência e emergência.
62	Inserção do exame do cariótipo para Síndrome de Down no



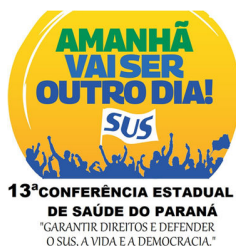
	SUS.
63	Garantir as pactuações regionalizadas de serviços especializados fora do município sejam prioritárias nas regiões de saúde (Macroregional), para que o paciente não sofra tanto com o transporte e acarretando uma melhor logística de transporte para o município.
64	Incluir serviços multiprofissionais e mais especialidades médicas para tratamento de criança e adolescente com deficiência.
65	Microrregionalização dos atendimentos ambulatoriais por especialidades com aumento dos recursos estaduais.
66	Rever fluxo da central de leitos quanto a organização da sua rede ou benefício ao contexto regional do município (porta de entrada).
67	Distribuição de kits de Placas Fotovoltaicas com sistema off-grid para as UBS, conforme seu porte estadual (justificativa, a energia armazenada pode ser utilizada para suprir a uma eventual falta de energia, evitando a perda de vacinas, insulinas e medicamentos que necessitam de climatização).
68	Construção de UPA Metropolitana no distrito de Iguatemi para atender as cidades: Mandaguaçu, Ourizona e Maringá.
69	Criação de uma linha de cuidados, com financiamento específico, para tratamento de pacientes sequelados (temporais e crônicas) por consequência do contágio do vírus da Covid—19.



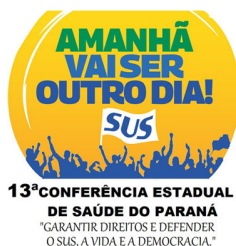
70	"Solicitar na Comissão Intergestores Tripartite agilidade na inclusão e disponibilização do canabidiol no Sistema Único de Saúde.
71	Ampliação e melhoria da Rede de Urgência e Emergência; SAMU: Base avançada do SAMU em Jandaia do Sul.
72	Garantir financiamento adequado e contínuo, para custeio e investimento nas ações/serviços de saúde, considerando as particularidades locais e populações mais vulneráveis.
73	Confecção de um heliporto no fundo da unidade de saúde, do Município de Cafeara, facilitando assim a transferência do paciente para o helicóptero, favorecendo o paciente com tempo resposta mais ágil.
74	Apoio financeiro Estadual e /ou Federal para aquisição de suplementos nutricionais.
75	Incorporar outros medicamentos de alto custo na farmácia do Estado.
76	Melhorar a participação financeira nas três esferas governamentais para cooperação entre si e operacionalização do preceito Constitucional do artigo 196.
77	Criar centro regional de Acolhimento Institucional integrado com a Política de Assistência Social na RAS que oferece atendimento de equipe multiprofissional de cuidados em saúde aos pacientes de alta dependência e que não possuem vínculos familiares e/ou cuidadores e que não possuem necessidade de internação hospitalar.



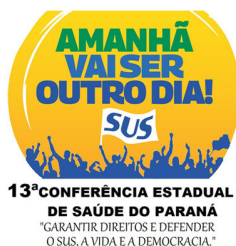
78	Regulamentar os processos de referência e contra referências de pacientes junto aos órgãos reguladores, seguindo critérios para o encaminhamento referenciados aos serviços hospitalares terciários e secundários, respeitando a capacidade de admissão, de acordo com a complexidade do caso, contratualização e pactuação.
79	Estabelecer a rede de reabilitação municipal e regional que garanta o atendimento das pessoas com todo tipo de deficiência, independentemente da idade, considerando suas necessidades e especificidades, em locais adequados, incluindo centro cirúrgico e odontologia, com ampliação do financiamento, do número de vagas e dos serviços de reabilitação em todos os níveis de atenção, com capacitação permanente do quadro de profissionais e ações de integração entre as equipes multiprofissionais, emissão dos respectivos laudos, pactuando protocolos de número de sessões por tipo de deficiência, podendo estas serem acrescidas com autorização de auditoria conjunta, e definição de serviços de referência e contrarreferência com integração de prontuário.
80	Realizar a interoperabilidade do sistema CARE/ estadual (GSUS) com os sistemas utilizados nos serviços municipais de saúde, para facilitar a gestão das filas de acesso às cirurgias eletivas e atenção ambulatorial especializada.
81	Assegurar a internação dos pacientes psiquiátricos em hospital especializado e geral, no município de residência ou na região da 17ª RS.



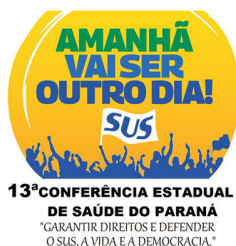
82	Buscar junto ao Estado recursos financeiros para compra de Raio-X e Ultrassom, para o Município de Lupionópolis.
83	Buscar junto ao Estado, recursos financeiros para a compra de RX, para o Município de Miraselva.
84	Solicitação de serviços próteses ortopédicas adultas e infantil, para a região de saúde da 17 Regional.
85	Regionalização do hospital municipal de Porecatu, para melhor aproveitamento do espaço físico, mais médicos, especialistas, pequenas cirurgias e exames de imagens.
86	Garantir o direito de rastreamento dos cânceres preveníveis, com agilidade nos diagnósticos de casos suspeitos e promover exames de rastreamento para os tipos mais prevalentes na população.
87	Descentralização das cirurgias de grandes portes, como exemplo: (órteses, próteses etc.), que são oferecidas nas capitais, ou cidades mais distantes dos pequenos Municípios.
88	Estudo e Pesquisa anual nos municípios pequenos para disponibilizar mais cotas de acordo com demanda real de cada município, por exemplo (psiquiatria, cardiologia, angiologia, dermatologia, pediatria e neurologia adulto e infantil entre outras).
89	Treinamentos e capacitações dos profissionais para lidar com questões relacionadas à gêneros.
90	Suporte para acompanhamento médico de pessoas trans e a padronização do atendimento e capacitação do médico da



	família.
91	Garantir a defesa do Hospital Regional do Norte Pioneiro e ampliar a unidade hospitalar, através de maior número de profissionais e equipamentos tecnológicos modernos.
92	Aumento do teto financeiro para exames laboratoriais e outros.
93	Criação de Comitê de Investigação de Morte em decorrência de suicídio bom como de indicadores epidemiológicos em Saúde Mental.
94	Maior divulgação e orientação para a população sobre a existência da Ouvidoria do SUS, divulgar através de redes sociais, utilizar a TV do Centro de Saúde, rádio comunitária e panfletos pelos ACSs.
95	Auxílio financeiro para hospedagem para pacientes em tratamento.
96	Implantação de um Centro de Especialidade Odontológica em Marechal Cândido Rondon.
97	Viabilizar recursos e pessoas para pesquisas com a finalidade de evidenciar sequelas de doenças que estão em evidência e que ainda tem muitas informações desconhecidas.
98	Implantar nas UBS's com cronograma mensal programa de Educação em Saúde quanto a alimentação saudável, práticas de atividades físicas e utilização de medicamentos fitoterápicos.



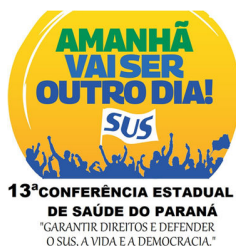
99	Credenciamento de no mínimo mais 20 leitos de UTI's na área de abrangência da 20ª Regional de Saúde.
100	Garantir no mínimo 300 AIH's/mensais para o hospital regional do município de Toledo-PR.
101	O Estado através da regional de saúde contrata auditoria para fiscalização das pactuações de AIHs de Cirurgias Eletivas pelos prestadores hospitalares para que cumpram a cota pactuada mensalmente com os municípios.
102	Pleitear recursos para implantação da Rede de atenção à Saúde do Idoso.
103	Educação em saúde para a identificação de violência intradomiciliar
104	Modernizar hospitais estaduais para atendimento de especialidades.
105	Identificação precoce, conduta e acompanhamento de situações de vulnerabilidade, como violência doméstica, abuso de substâncias químicas, gravidez na adolescência.
106	Criar um Ambulatório Hospitalar ou uma referência estadual de apoio ao diagnóstico, manejo e tratamento de pacientes com tuberculose.
107	Criar uma rede de apoio e cuidado, promovendo gestão de trabalho e garantindo o bem-estar dos trabalhadores de saúde.
108	Solicitar ao estado a implantação de telessaúde.



109	Ampliar o cofinanciamento estadual do Programa HOSPSUS em no mínimo 80% sobre o valor atual, pactuando de acordo com a necessidade regional a rede de atenção à saúde no cuidado materno infantil e ampliação do Programa HOSPSUS, com a criação de uma estratégia de qualificação permanente dos hospitais que fazem parte a rede de atenção à saúde, certificando e incentivando financeiramente os hospitais que mais atenderem aos critérios de qualidade.
110	Agilizar, por parte do Estado, os resultados do Teste Elisa para dengue, a fim de proporcionar às ações de vigilância em saúde em tempo oportuno (15 dias).
111	Promoção da Saúde do trabalhador e políticas de saúde, com ações específicas para saúde mental.
112	Implantação e vinculação pela regional de saúde do CEO.
113	Reorganização do trabalho em rede entre os profissionais de todas as áreas da saúde, desde aponta até o serviço especializado fornecendo treinamento e tecnologias necessárias com agilidade e com adequação salarial, agregando reformulação da atenção básica no SUS e fortalecimento da Vigilância em Saúde.
114	Implantação do Ambulatório de Feridas, ofertando o serviço de curativos especiais e contemplando o serviço de Estomaterapia - feridas, estomas e incontinências.
115	Conscientizar a população urbana e rural sobre cuidados básicos de saúde no dia a dia (alimentação, higienização de



	alimentos, escolha de alimentos saudáveis).
116	Viabilização de recursos para implantação e custeio de uma clínica de hemodiálise em Laranjeiras do Sul para atendimento de pacientes da microrregião.
117	Promover o cuidado à saúde da população em situação de rua, por meio de formação específica e continuada dos profissionais da APS e fortalecimento do programa consultório na rua.
118	Capacitar os profissionais da rede de assistência à saúde para acolhimento, atendimento à população vítima de violências, fortalecendo parcerias com os órgãos competentes, ONGS e coletivos sociais.
119	Promover educação continuada e permanente para as equipes de saúde sobre abordagens efetivas de apoio aos usuários para adoção de comportamentos saudáveis, capacitando sobre acolhimento as comunidades que necessitam ser atendidas na sua especificidade, como LGBTQIA+, população negra, comunidades tradicionais de terreiro, indígenas, ciganos, imigrantes, população em situação de rua, população idosa, atendimento à população vítima de violências, também sobre práticas integrativas e complementares (PICS) e acompanhamento pós COVID, fortalecendo a equipe multiprofissional, além dos serviços das ações intersetoriais e das parcerias com os órgãos competentes, ONGS e coletivos sociais.



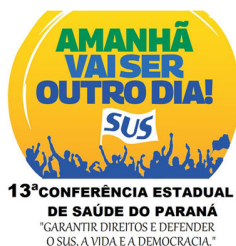
120	Incremento de financiamento e aporte financeiro estadual para suporte do SAMU, reforçando o serviço disponível, sem onerar exageradamente os municípios.
121	Incentivar a pesquisa científica no âmbito da educação continuada do SUS, articulando institutos de ensino e serviços, para qualificar os trabalhadores da saúde buscando o cuidado integral.
122	Reajuste do financiamento Federal de construção, incentivo e custeio dos serviços que compõem a Rede da Pessoa com Deficiência - PcD, como: CER II, CER III, e CER IV, os quais não são reajustados desde 2012.
123	Melhorias do tratamento de água pela Sanepar.
124	Apoio a educação e os técnicos do SUS das APAE's.
125	Atenção a mulher com equipe multiprofissional.

4. PROPOSTAS APROVADAS – NÍVEL NACIONAL

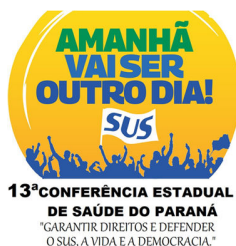
Propostas aprovadas na 13ª CES de âmbito nacional.

I – O Brasil que temos.

06 Propostas Aprovadas



1	Revogar a Emenda Constitucional nº 095/2016, a qual congela os gastos públicos em saúde por 20 anos.
2	Revisar, reajustar e reformular a tabela SUS (SIGTAP) com ajuste financeiro e incremento de incentivo financeiro para custear diagnósticos e tratamentos. Aumentar os repasses e disponibilizar os recursos de acordo com a realidade de cada região/município.
3	Reimplantação do Núcleo de Apoio a Saúde da Família — NASF, com a finalidade de ser garantido o “apoio matricial” técnico-pedagógico complementar ao processo de trabalho das equipes de Estratégia Saúde da Família, estas consideradas como “equipes de referência” da Atenção Primária a Saúde — APS, assim como suporte assistencial de ação clínica específica aos usuários, mediante a atuação de equipes compostas por multiprofissionais de diferentes áreas de conhecimento, promovendo uma intervenção interdisciplinar através do atendimento compartilhado e responsabilidades mútuas, mediante estudo e discussão de casos e situações, projetos terapêuticos, orientações e atendimento conjunto, com troca de saberes gerando experiência para ambos os profissionais envolvidos, desta forma aprimorando a resolutividade, a territorialização, a regionalização e a ampliação das ações da Atenção Primária à Saúde, como consequentemente do atendimento à Política Nacional de Atenção Básica, Política Nacional de Promoção da Saúde, Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher,



	Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, Política Nacional da Saúde Mental, Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Política Nacional de Assistência Farmacêutica, Política Nacional de Assistência Social, Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, e Política Nacional de Humanização — HumanizaSUS.
4	Implantação do piso salarial Nacional dos trabalhadores, plano de cargos e carreiras e outros direitos trabalhistas, na perspectiva de combater a precarização de salários.
5	Promover o qualificação e integração dos dados em saúde, mediante a efetiva integração entre os sistemas de informação do Ministério da Saúde, investindo em sistemas mais modernos, que se comuniquem entre si e que possibilitem análise epidemiológica adequada e rápida e investir na criação de prontuário eletrônico único, a fim de unificar os dados do paciente em todo o território nacional.
6	Reajuste do financiamento federal de incentivo e custeio, dos serviços que compõem a Rede de Atenção Psicossocial — RAPS, como: CAPS I, CAPS II, CAPS i, CAPS III, UA, Serviço Residencial Terapêutico, Equipe de Consultório na Rua, Iniciativas de trabalho e geração de renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais, os quais não são reajustados desde 2011.



II – O papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas.

03 Propostas Aprovadas

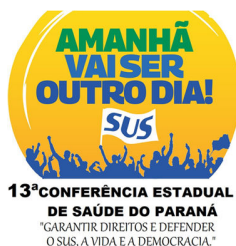
1	Criar mecanismo de transparência para dar visibilidade a aplicação de recursos provenientes de Emendas Parlamentares destinadas à área da saúde, de modo que os conselhos de saúde aprovem e monitorem os recursos recebidos.
2	Reformulação do Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS) para que os conselhos de saúde possam inserir documentos como resoluções, atas/listas de presenças, moções, pareceres, instrumentos de gestão etc., e estes fiquem disponíveis ao público: a iniciativa atenderia ao princípio da transparência na administração pública.
3	Atualizar a Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), especificando por segmentos quais entidades poderão compor os conselhos de saúde, de forma clara para que todos tenham entendimento da legislação.



III – Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia.

06 Propostas Aprovadas

1	Solicitar ao governo federal o retorno da verba do Programa Farmácia Popular, para que o SUS realize as compras dos medicamentos que abrangem o programa para pacientes hipertensos e diabéticos, facilitando assim o acompanhamento e o cuidado destes pacientes.
2	Criação de programas ou estratégias que permitam o acesso em horários estendidos às Equipes de Saúde da Família – ESF, inclusive para municípios de pequeno porte, com garantia de financiamento.
3	Priorizar as ações preventivas na Atenção Básica do SUS o qual proporciona menos gastos com a alta complexidade.
4	Implantar a Política Nacional de Cuidados Paliativos com capacitação para as equipes de saúde e familiares, bem como o financiamento para o desenvolvimento das ações, como atendimento domiciliar de equipe multidisciplinar e insumos como fralda, oxigênio e suplemento alimentar.
5	Revisão da Política Nacional da Atenção Básica, quanto ao critério populacional por equipe, visando diminuir o número da população adscrita por equipe, aumentando a qualidade de atendimento. E aumentar o número e diversidade de categoria

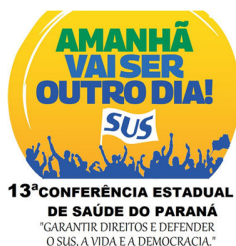


	profissional da equipe.
6	Fortalecer as três esferas do governo (federal, estadual e municipal) com relação à atenção à saúde do trabalhador.

IV – Amanhã será outro dia para todos, todas e todes.

06 Propostas Aprovadas

1	Aumentar o financiamento de procedimentos, exames e cirurgias eletivas e reajustar as tabelas de exames e cirurgias, de acordo com a necessidade de cada estado.
2	Revogar o modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde denominado Programa Previne Brasil, pois o pagamento por desempenho não pode ser visto somente como uma metodologia quantitativa, pois fere os princípios dos SUS e não promove ativamente a saúde. Implantar modalidade de financiamento que incentive e financie o cuidado centrado no território e nas equipes da ESF, inclusive com as equipes multiprofissionais e retomar um modelo de financiamento per capita que reflita a real quantidade populacional do território e aumentar o incentivo financeiro nacional da Atenção Primária à Saúde.



3	Revogação da Lei Federal Complementar nº 173/2020, que trata da paralisação da contagem de tempo de contribuição, aposentadoria e demais benefícios do servidor público no período de maio de 2020 a dezembro de 2021.
4	Reavaliar o número de AIHs – Autorização de Internamento Hospitalar dos municípios pois o percentual existente não acompanha o crescimento populacional e reajustar os valores pagos pela tabela do SUS.
5	Reafirmar e fortalecer Políticas Públicas no SUS para garantir a implementação e o monitoramento da política nacional de saúde integral a população negra/PNSIPN, inclusive daquelas destinadas a outros grupos vulneráveis, como, LGBTQIA+, população em situação de rua, privada de liberdade, emigrantes, entre outros, e que os contemplem em seus aspectos biopsicossociais, como estratégia de melhoria do SUS.
6	Inclusão da vacina Meningite B no Calendário Vacinal.



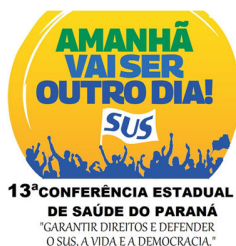
PROPOSTAS APROVADAS PARA SEREM ENCAMINHADAS À 17ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Das propostas aprovadas na 13ª CES, a nível nacional, 20 foram aprovadas e encaminhadas à 17ª Conferência Nacional de Saúde.

Eixo I – O BRASIL QUE TEMOS

Diretriz – Fortalecimento da regionalização e da consolidação do desenho macrorregional do Paraná.

PR-E1-000001	Revogar a Emenda Constitucional nº 095/2016, a qual congela os gastos públicos em saúde por 20 anos.
PR-E1-000002	Revisar, reajustar e reformular a tabela SUS (SIGTAP) com ajuste financeiro e incremento de incentivo financeiro para custear diagnósticos e tratamentos. Aumentar os repasses e disponibilizar os recursos de acordo com a realidade de cada região/município.
PR-E1-000003	Implantação do piso salarial Nacional dos trabalhadores, plano de cargos e carreiras e outros direitos trabalhistas, na perspectiva de combater a precarização de salários e fortalecer as três esferas do governo (federal, estadual e municipal) com relação à atenção à saúde do trabalhador.

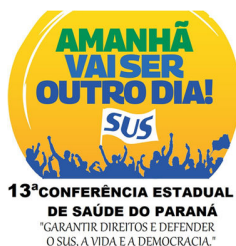


PR-E1-000004	Promover a qualificação e integração dos dados em saúde, mediante a efetiva integração entre os sistemas de informação do Ministério da Saúde, investindo em sistemas mais modernos, que se comuniquem entre si e que possibilitem análise epidemiológica adequada e rápida e investir na criação de prontuário eletrônico único, a fim de unificar os dados do paciente em todo o território nacional.
PR-E1-000005	Reajuste do financiamento federal de incentivo e custeio, dos serviços que compõem a Rede de Atenção Psicossocial — RAPS, como: CAPS I, CAPS II, CAPS i, CAPS III, UA, Serviço Residencial Terapêutico, Equipe de Consultório na Rua, Iniciativas de trabalho e geração de renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais, os quais não são reajustados desde 2011.
PR-E1-000001	Revogar a Emenda Constitucional nº 095/2016, a qual congela os gastos públicos em saúde por 20 anos.

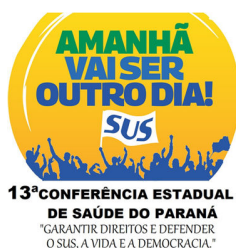
Eixo II – O PAPEL DO CONTROLE SOCIAL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA SALVAR VIDAS

Diretriz – Fortalecimento do Controle Social do SUS no Paraná.

PR-E2-000001	Criar mecanismo de transparência para dar visibilidade a aplicação de recursos provenientes de Emendas Parlamentares destinadas à área da saúde, de modo que os conselhos de saúde aprovem e monitorem os recursos recebidos.
--------------	---



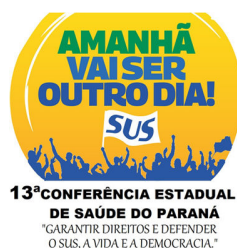
PR-E2-000002	Reformulação do Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS) para que os conselhos de saúde possam inserir documentos como resoluções, atas/listas de presenças, moções, pareceres, instrumentos de gestão etc., e estes fiquem disponíveis ao público: a iniciativa atenderia ao princípio da transparência na administração pública.
PR-E2-000003	Atualizar a Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), especificando por segmentos quais entidades poderão compor os conselhos de saúde, de forma clara para que todos tenham entendimento da legislação.
PR-E2-000004	Inclusão da vacina Meningite B no Calendário Vacinal.
PR-E2-000005	Reimplantação do Núcleo de Apoio a Saúde da Família — NASF, com a finalidade de ser garantido o “apoio matricial” técnico-pedagógico complementar ao processo de trabalho das equipes de Estratégia Saúde da Família, estas consideradas como “equipes de referência” da Atenção Primária à Saúde — APS, assim como suporte assistencial de ação clínica específica aos usuários, mediante a atuação de equipes compostas por multiprofissionais de diferentes áreas de conhecimento, promovendo uma intervenção interdisciplinar através do atendimento compartilhado e responsabilidades mútuas, mediante estudo e discussão de casos e situações, projetos terapêuticos, orientações e atendimento conjunto, com troca de saberes gerando experiência para ambos os profissionais envolvidos, desta forma aprimorando a resolutividade, a territorialização, a regionalização e a ampliação das ações da Atenção Primária à Saúde e demais políticas públicas de saúde.



Eixo III – GARANTIR DIREITOS E DEFENDER O SUS, A VIDA E A DEMOCRACIA

Diretriz – Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde como ordenadora do cuidado no Paraná

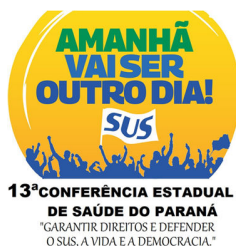
PR-E3-000001	Solicitar ao governo federal o retorno da verba do Programa Farmácia Popular, para que o SUS realize as compras dos medicamentos que abrangem o programa para pacientes hipertensos e diabéticos, facilitando assim o acompanhamento e o cuidado destes pacientes.
PR-E3-000002	Criação de programas ou estratégias que permitam o acesso em horários estendidos às Equipes de Saúde da Família – ESF, inclusive para municípios de pequeno porte, com garantia de financiamento.
PR-E3-000003	Priorizar as ações preventivas na Atenção Básica do SUS o qual proporciona menos gastos com a alta complexidade.
PR-E3-000004	Implantar a Política Nacional de Cuidados Paliativos com capacitação para as equipes de saúde e familiares, bem como o financiamento para o desenvolvimento das ações, como atendimento domiciliar de equipe multidisciplinar e insumos como fralda, oxigênio e suplemento alimentar.
PR-E3-000005	Revisão da Política Nacional da Atenção Básica, quanto ao critério populacional por equipe, visando diminuir o número da população adscrita por equipe, aumentando a qualidade de atendimento. E aumentar o número e diversidade de categoria profissional da equipe.



Eixo IV – AMANHÃ SERÁ OUTRO DIA PARA TODOS, TODAS E TODES.

Diretriz – Revisão do modelo de financiamento e coparticipação dos três entes federados no financiamento do SUS

PR-E4-000001	Aumentar o financiamento de procedimentos, exames e cirurgias eletivas e reajustar as tabelas de exames e cirurgias, de acordo com a necessidade de cada estado.
PR-E4-000002	Revogar o modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde denominado Programa Previne Brasil, pois o pagamento por desempenho não pode ser visto somente como uma metodologia quantitativa, pois fere os princípios dos SUS e não promove ativamente a saúde. Implantar modalidade de financiamento que incentive e financie o cuidado centrado no território e nas equipes da ESF, inclusive com as equipes multiprofissionais e retomar um modelo de financiamento per capita que reflita a real quantidade populacional do território e aumentar o incentivo financeiro nacional da Atenção Primária à Saúde.
PR-E4-000003	Revogação da Lei Federal Complementar nº 173/2020, que trata da paralisação da contagem de tempo de contribuição, aposentadoria e demais benefícios do servidor público no período de maio de 2020 a dezembro de 2021.
PR-E4-000004	Reavaliar o número de AIHs – Autorização de Internamento Hospitalar dos municípios pois o percentual existente não acompanha o crescimento populacional e reajustar os valores pagos pela tabela do SUS.



PR-E4-000005	Reafirmar e fortalecer Políticas Públicas no SUS para garantir a implementação e o monitoramento da política nacional de saúde integral a população negra/PNSIPN, inclusive daquelas destinadas a outros grupos vulneráveis, como, LGBTQIA+, população em situação de rua, privada de liberdade, emigrantes, entre outros, e que os contemplem em seus aspectos biopsicossociais, como estratégia de melhoria do SUS.
--------------	---

5. MOÇÕES APRESENTADAS

Foram propostas 17 moções durante a 13ª CES, destas apenas 07 foram aprovadas pelo número adequado de assinaturas e, todas elas foram aprovadas na Plenária final.

I. TÍTULO: Reajuste dos valores do Hospsus

TIPO: Apoio

PROPONENTE: Paulo Roberto Grolli

SEGMENTO: Prestador

RESULTADO: APROVADA com 458 assinaturas

II. TÍTULO: Nova Regional de Saúde

TIPO: Apoio

PROPONENTE: Alzira Maria da Silva da Rocha SEGMENTO: Usuário

RESULTADO: APROVADO com 368 assinaturas

III. TÍTULO: Inclusão nas políticas públicas do Estado do Paraná, da implantação de um posto de Instituto Médico Legal - IML, no município de Palmas/PR. Alternativamente, a fixação de uma viatura de IML no município, a postos para os



devidos serviços.

TIPO: Apoio

PROPONENTE: Rodrigo Kohl Ribeiro

SEGMENTO: Usuário

RESULTADO: APROVADA com 334 assinaturas

IV. Criação de uma rede de transporte coletivo público - Transporte Sanitário.

TIPO: Apoio

PROPONENTE: Valdirene Regina Cezar de Souza

SEGMENTO: Usuário

RESULTADO: APROVADA com 332 assinaturas

V. TÍTULO: Regulamentação e efetivação da Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

TIPO: Apoio

PROPONENTE: Hanin Majdi Waaleed Mustafa Kassem Dawiud

SEGMENTO: Usuário

RESULTADO: APROVADO com 323 assinaturas

VI. TÍTULO: Repúdio ao tempo reduzido dos trabalhos de grupo, prejudicando a efetividade das discussões de forma ampla e democrática visto que o trabalho de grupo é a parte mais relevante da conferência.

TIPO: Repúdio

PROPONENTE: Paula Regina Jardim Campos e Jhenifer Geisa Burnagui

SEGMENTO: Trabalhador

RESULTADO: APROVADA com 316 assinaturas

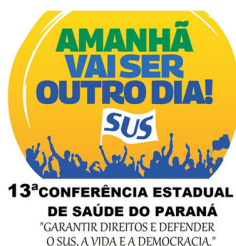


VII. TÍTULO: Moção de apoio ao fortalecimento e financiamento da RAPS - Rede de Atenção Psicossocial - No Paraná

TIPO: Apoio

PROPONENTE: João Batista Martins SEGMENTO: Trabalhador

RESULTADO: APROVADA com 313 assinaturas.



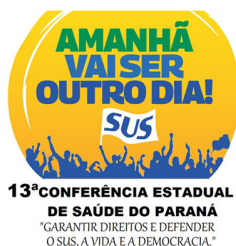
6. ENTIDADES PARA COMPOR O CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE GESTÃO Fev 2024/2028.

A. Entidades habilitadas de acordo com a Resolução CES/PR Nº 020/2022

1. ANESPS- Articulação Nacional de Movimentos e Prática de Educação Popular e Saúde
2. ASSEMPA – Associação de Entidades de Mulheres do Paraná
3. DEFIPAR- Federação das Entidades de Portadores de Deficiências Físicas do Estado do Paraná
4. FAMOPAR- Federação Estadual das Associações de Moradores do Estado do Paraná
5. MOPS- Movimento Popular de Saúde
6. PASTORAL DA CRIANÇA
7. PASTORAL DA SAÚDE
8. REDE DE MULHERES NEGRAS- PR
9. SINDEPOSPETRO - Sindicato Empregados Postos Serviços Combustíveis
10. SINDNAP- Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos
11. UGT- União Geral dos Trabalhadores
12. UGT- OESTE/SUDOESTE- União Geral dos Trabalhadores

Total de Entidades Habilitadas: 12 Total de vagas: 18

ENTIDADES ELEITAS	
TITULARES	SUPLENTES
ANEPS	ANEPS
ASSEMPA	ASSEMPA
DEFIPAR	DEFIPAR
FAMOPAR	FAMOPAR
MOPS	MOPS



PASTORAL DA CRIANÇA	PASTORAL DA CRIANÇA
PASTORAL DA SAÚDE	PASTORAL DA SAÚDE
REDE DE MULHERES NEGRAS-PR	REDE DE MULHERES NEGRAS-PR
SINDEPOSPETRO	SINDEPOSPETRO
SINDNAP	SINDNAP
UGT	UGT
UGT- OESTE/SUDOESTE	UGT- OESTE/SUDOESTE
PASTORAL DA SAÚDE	PASTORAL DA SAÚDE
FAMOPAR	FAMOPAR
REDE DE MULHERES NEGRAS	REDE DE MULHERES NEGRAS
ASSEMPA	ASSEMPA
DEFIPAR	DEFIPAR
MOPS	MOPS

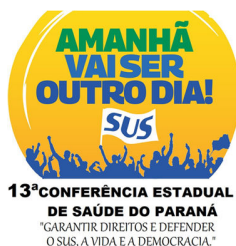
B. Entidades habilitadas de acordo com a Resolução CES/PR nº 020/2022

1. ASSEF – Associação dos Servidores do SUS do Estado do Paraná
2. FEMESPAR – Federação dos Sindicatos de Servidores Públicos Municipais e Estaduais do Paraná
3. SINDSAÚDE/PR – Sindicato dos Servidores Estaduais da Saúde do Paraná

Total de Entidades Habilitadas de trabalhadores pelos sindicatos: 04

Total de vagas de Entidades de trabalhadores pelos sindicatos: 03

* Acordo com SINDSAÚDE e ASSEF: ASSEF será suplente.



Entidades ou Associações de Trabalhadores em Saúde

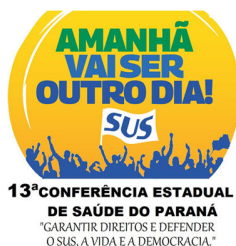
1. ABEN – Associação Brasileira de Enfermagem
2. COREN - Conselho Regional de Enfermagem
3. ABO – Associação Brasileira de Odontologia
4. CREF 9 – Conselho Regional de Educadores Físicos
5. CRF – Conselho Regional de Farmácia
6. CRO – Conselho Regional de Odontologia
7. CREFITO 8 – Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
8. SINDFAR - Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Paraná

Total de Entidades ou Associações de Trabalhadores em Saúde habilitados: 08

Total de Vagas: 06

ENTIDADES ELEITAS DO SEGMENTO TRABALHADOR	
TITULAR	SUPLENTE
CREFITO 8	CREFITO 8
CREF 9	CREF 9
ABEN	COREN
CRO	ABO
CRF	SINDFAR
COREN	CRO

* Acordado em plenária o revezamento das entidades que estão dividindo as suas vagas, sendo ABEN e COREN, CRO e ABO, CRF e SINDFAR e, COREN e CRO, ficando cada uma com 02 (dois) anos de titularidade.



C. Entidades do Segmento Prestador, conforme Resolução CES/PR 020/2022

1. FEHOSPAR – Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde no Estado do Paraná
2. FEMIPA – federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Benéficos do Estado do Paraná
3. CEGEN – Centro de Excelência em Atenção Geriátrica e Gerontológica
4. HCL – Hospital do Câncer de Londrina
5. HU/UEM – Hospital Universitário da Universidade Estadual de Maringá
6. HU-UEL – Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina
7. ACISPAR - Associação dos Consórcios e Associações Intermunicipais de Saúde do Paraná
8. HOSPITAL VIDA - Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais de Londrina

Total de Entidades de Prestadores Habilitados: 08 Total de vagas: 05

ENTIDADES ELEITAS DO SEGMENTO PRESTADOR	
TITULAR	SUPLENTE
FEHOSPAR	FEHOSPAR
FEMIPA	FEMIPA
ACISPAR	ACISPAR
HU/UEM	HU/UEM
HU-UEL	HU-UEL

* Entidade FEMIPA ficou com a vaga em titularidade, sendo que em suplência, também da FEMIPA, haverá alternância entre Cegen, Hospital do Câncer e Hospital Vida, em igual período de 16 (dezesesseis) meses, por serem representados por meio da FEMIPA.



D. Entidades do Segmento Gestor, conforme Resolução CES/PR 020/2022

1. SESA – Secretaria de Estado da Saúde do Paraná
2. FUNSAUDE – Fundo Estadual de Saúde
3. COSEMS - Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Paraná
4. MS – Ministério da Saúde

Total de Entidades de Gestores habilitadas: 04 Total de vagas: 04

ENTIDADES ELEITAS DO SEGMENTO GESTOR	
TITULAR	SUPLENTE
SESA	SESA
FUNSAUDE	FUNSAUDE
COSEMS	COSEMS
MS	MS



7. COMISSÃO ORGANIZADORA

A Resolução CES/PR nº 011/22 estabeleceu no seu Art. 1º a composição da comissão organizadora da 13ª Conferência Estadual de Saúde, a saber:

Segmento Usuários:

- Joarez Camargo – Entidade: Federação das Associações de Moradores do Paraná
- Marcia Beghini Zambrim – Entidade: Pastoral da Saúde
- Maria Benvinda de Almeida – Entidade: Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis, Derivados de Petróleo e de Lojas de Conveniências de Cascavel e Região
- Maria Elvira Araujo – Entidade: Associação das Entidades de Mulheres do Paraná

Segmento Trabalhadores:

- Nilson Hideki Nishida – Entidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná
- Olga Estefania Duarte Gomes Pereira – Entidade: Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos Estaduais dos Serviços de Saúde e Previdência do Paraná

Segmento Prestador:

- Diones Lupércio Monteiro – Centro de Excelência à Atenção Geriátrica e Gerontológica

Segmento Gestor:

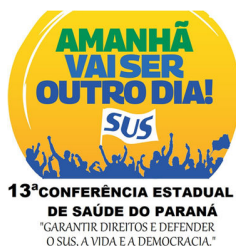
- José Carlos Silva de Abreu – Secretaria de Estado da Saúde



O segmento Trabalhador/SESA substituiu a Sra. Olga Estefania Duarte Gomes Pereira, pela Sra. Mariângela de Assis Gomes Fortes – Entidade: Associação Brasileira de Odontologia – Seção Paraná – ABO-PR, na ocasião da troca de gestão daquela entidade, por meio da Resolução CES/PR nº. 006/2023.

As atribuições de cada membro da comissão ficaram assim distribuídas:

- Marcia Beghini Zambrim – Coordenadora
- Maria Elvira Araujo – Coordenadora adjunta
- Diones Lupércio Monteiro – Relator e Sistematização
- Mariângela de Assis Gomes Fortes – Relatora Adjunta e Sistematização
- Maria Benvinda de Almeida – Credenciamento / Comunicação e Divulgação
- José Carlos Silva de Abreu – Infraestrutura
- Joarez Camargo – Credenciamento / Comunicação e Divulgação
- Nilson Hideki Nishida – Infraestrutura



8. SUBCOMISSÕES DE TRABALHO

I. Subcomissão de Credenciamento

Maria Benvinda de Almeida Juarez Camargo

II. Subcomissão de Infraestrutura

José Carlos Silva de Abreu

Nilson Hideki Nishida

III. Subcomissão de Sistematização e Relatoria

Diones Lupércio Monteiro

Mariângela de Assis Gomes Fortes

Fábio Tomazetto

Lysandra Pupim Alves

Débora Maria Mendonça Cunha



9. SECRETARIA EXECUTIVA DO CES/PR

Maurício Mesadri – Secretário Executivo Carla Yumi Suzuki Yamada

Ediana Gomes Figueira da Silva



10. ASSESSORES REGIONAIS PARA O CONTROLE SOCIAL

1ª Regional de Saúde-Paranaguá

Cláudio Carneiro Margarida

2ª Regional de Saúde – Curitiba

Pasquale Lemos

3ª Regional de Saúde – Ponta Grossa

Maria Cristina Stadler Baizan Fernandes Antero

4ª Regional de Saúde – Irati

Juliana Trinkaus Menon

Patrícia Padilha Sobutka

5ª Regional de Saúde – Guarapuava

Eliane Cézar

6ª Regional de Saúde – União da Vitória

Fernanda Helena Sales

7ª Regional de Saúde – Pato Branco

Flávia Costa

8ª Regional de Saúde – Francisco Beltrão

Ediseia Raquel Folchini Guancino

9ª Regional de Saúde – Foz de Iguaçu

Jeniffer Aparecida Rippel Pereira

10ª Regional de Saúde – Cascavel

Maria Luiza da Silva

11ª Regional de Saúde – Campo Mourão

Roberto Rosa Filho



12ª Regional de Saúde – Umuarama

Giltrudes Aparecida de Freitas

13ª Regional de Saúde – Cianorte

Patrícia Regina de Oliveira

14ª Regional de Saúde – Paranavaí

Valéria Cristina Dadalto Pimenta de Souza

15ª Regional de Saúde – Maringá

Márcia Aparecida Levorato

16ª Regional de Saúde – Apucarana

Edinalva de Moura

17ª Regional de Saúde – Londrina

Joelma Aparecida de Souza Carvalho

18ª Regional de Saúde – Cornélio Procopio

Emerson Militão Diogo

19ª Regional de Saúde – Jacarezinho

Juliana Arantes Juliano de Brito

20ª Regional de Saúde – Toledo

Melania Aparecida Agostinha Marin

21ª Regional de Saúde – Telêmaco Borba

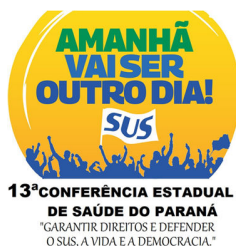
Luciano de Oliveira Mai Porzky

22ª Regional de Saúde – Ivaiporã

Adriano de Souza Dutra



ANEXOS – LINKS DE CONSULTA



ANEXO 1 - RESOLUÇÃO CES/PR nº 011/2022

(<https://conselho.saude.pr.gov.br/Pagina/Resolucoes-2022>)

(chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://conselho.saude.pr.gov.br/sites/ces/arquivos_restritos/files/documento/2022-06/011-22_-_aprova_a_composicao_da_comissao_organizadora_da_13a_conferencia_estadual_de_saude_do_parana.pdf)

ANEXO 2 - RESOLUÇÃO CES/PR nº 012/2022

(<https://conselho.saude.pr.gov.br/Pagina/Resolucoes-2022>)

(chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://conselho.saude.pr.gov.br/sites/ces/arquivos_restritos/files/documento/2022-06/012-22_-_aprova_e_convoca_a_13a_conferencia_estadual_de_saude_e_orienta_as_conferencias_municipais_de_saude.pdf)

ANEXO 3 - RESOLUÇÃO CES/PR nº 013/2022

(<https://conselho.saude.pr.gov.br/Pagina/Resolucoes-2022>)

(chrome-

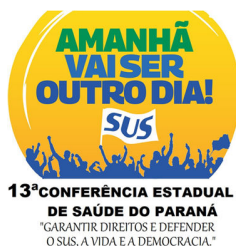
extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://conselho.saude.pr.gov.br/sites/ces/arquivos_restritos/files/documento/2022-06/012-22_-_aprova_e_convoca_a_13a_conferencia_estadual_de_saude_e_orienta_as_conferencias_municipais_de_saude.pdf)

ANEXO 4 - RESOLUÇÃO CES/PR nº 020/2022

(<https://conselho.saude.pr.gov.br/Pagina/Resolucoes-2022>)

(chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://conselho.saude.pr.gov.br/sites/ces/arquivos_restritos/files/documento/2022-11/020-22_-_aprova_o_regulamento_do_processo_eleitoral_das_entidades_para_o_conselho_estadual_de_saude_do_parana_gestao_fevereiro-2024_a_fevereiro-2028.pdf)



ANEXO 5 - RESOLUÇÃO CES/PR nº 014/2022

(<https://conselho.saude.pr.gov.br/Pagina/Resolucoes-2022>)

(chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://conselho.saude.pr.gov.br/sites/ces/arquivos_restritos/files/documento/2022-11/014-22_-_retifica_o_regulamento_da_13a_conferencia_estadual_de_saude_do_parana.pdf)

ANEXO 6 - RESOLUÇÃO CES/PR nº 001/2023

(<https://conselho.saude.pr.gov.br/Pagina/Resolucoes-2023>)

(chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-sesa@ce4684a5-d964-4ab0-8dbe-77881ef7c912)

ANEXO 7 - RESOLUÇÃO CES/PR nº 003/2023

(<https://conselho.saude.pr.gov.br/Pagina/Resolucoes-2023>)

(<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-sesa@4a1460c1-0f40-42ec-929c-54be6e098030>)

ANEXO 8 - RESOLUÇÃO CES/PR nº 023/2022

(<https://conselho.saude.pr.gov.br/Pagina/Resolucoes-2022>)

(chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://conselho.saude.pr.gov.br/sites/ces/arquivos_restritos/files/documento/2023-01/023-22_-_aprova_a_retificacao_da_resolucao_ces-pr_020-2022_do_regulamento_do_processo_eleitoral_das_entidades_para_o_conselho_estadual_de_saude_do_parana_gestao_fevereiro-20.pdf)

ANEXO 9 - RESOLUÇÃO CES/PR nº 006/2023

(<https://conselho.saude.pr.gov.br/Pagina/Resolucoes-2023>)

(<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-sesa@669c8bdd-b312-4459-a80d-efcd712c7d73>)



ANEXO 10 - Decreto nº. 1338, de 20 de janeiro de 2020.
(D.O.E 10.608) - Nomeação da Composição do CES/PR - Gestão 2020-2024.

(<https://conselho.saude.pr.gov.br/Pagina/Decretos-e-Resolucoes-de-Nomeacao-Gestao-2020-2024-do-CESPR>)

(chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://conselho.saude.pr.gov.br/sites/c
es/arquivos_restritos/files/migrados/File/Decretos/2020/Decreto3881_2020.pdf)

